

SECOND PARTY OPINION

SEGUNDA EMISSÃO DE CRA SUSTENTÁVEIS DA TABÔA FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO

Categorias ICMA



Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra



Adaptação às mudanças climáticas



Acesso a serviços essenciais



Segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis



Avanço e capacitação socioeconômica



Uso dos Recursos

- O valor total da emissão será de R\$10,5 milhões;
- O valor captado será investido no fortalecimento da produção da agricultura familiar;
- Serão financiados apenas gastos futuros;
- Alinhamento com taxonomias de finanças sustentáveis;



Seleção dos Projetos

- Alinhamento parcial com critérios de mitigação e adaptação de mudanças climáticas no critério de agricultura da CBI;
- Sistema de acompanhamento técnico com produtores rurais;
- Crédito oferecido com maior acessibilidade ampliando o acesso para agricultores;



Gestão dos Recursos

- Desembolsos serão realizados em até 6 meses;
- A alocação temporária dos recursos em instrumentos com baixo risco de contaminação;
- Recursos serão mantidos em conta separada;
- O CRA possui mecanismos de recompra dos direitos creditórios.



Relato

- Compromisso de informar anualmente aos stakeholders sobre o uso e estado da alocação dos recursos;
- Divulgação de relatórios anuais com o acompanhamento dos resultados e impactos socioambientais gerados.
- Os relatórios e este parecer SPO estarão disponíveis no site da Tabôa.

A WayCarbon considera que o CRA Sustentável da Tabôa está de acordo com os componentes centrais do Sustainability Bond Guidelines (SBG), e se caracteriza como um título Sustentável (Sustainable Bond).



ODS Impactados





SECOND PARTY OPINION

Parecer Independente sobre a Segunda Emissão de CRA Sustentáveis da Tabôa Fortalecimento Comunitário.¹

AUTORES

GERENTE DE PROJETO

Bruna Araújo; bruna.araujo@waycarbon.com

COORDENAÇÃO

Nathália Pereira; nathalia.pereira@waycarbon.com

EQUIPE

Felipe Catorza; carlos.catorza@waycarbon.com

Beatriz Ribeiro; beatriz.ribeiro@waycarbon.com

Erica Canavitsas; erica.canavitsas@waycarbon.com

COLABORADORES

Tabôa Fortalecimento Comunitário

Roberto Vilela; roberto@taboa.org.br

Felipe Humberto; felipe@taboa.org.br

Daniela Komives; daniela@taboa.org.br

¹Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 38ª (trigésima oitava) emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A (Gaia), lastreados em Créditos do Agronegócio Diversificados, cedidos pela Tabôa Fortalecimento Comunitário ("Tabôa" ou "Cedente").

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição dos projetos elegíveis	8
Tabela 2: Alinhamento dos projetos elegíveis aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	13
Tabela 3: Quantificação dos benefícios socioambientais esperados pelo CRA Sustentável.....	17
Tabela 4: Linhas de crédito agropecuário.....	18
Tabela 5: Critérios de elegibilidade e exclusão de projetos.....	21
Tabela 6: Estratégia de gestão de impactos adversos.....	22
Tabela 7: Indicadores financeiros, de resultado e de impacto dos títulos sustentáveis.....	27

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxo de avaliação e seleção dos projetos.....	19
--	----

SUMÁRIO

1.	OPINIÃO.....	7
1.1	USO DOS RECURSOS.....	7
1.1.1	DESCRIÇÃO DOS USOS DE RECURSOS E PROJETOS ELEGÍVEIS.....	7
1.1.2	BENEFÍCIOS AMBIENTAIS DOS PROJETOS ELEGÍVEIS.....	8
1.1.3	BENEFÍCIOS SOCIAIS DOS PROJETOS ELEGÍVEIS.....	9
1.1.4	ELEGIBILIDADE FRENTE ÀS TAXONOMIAS DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS.....	11
1.1.5	ALINHAMENTO DOS PROJETOS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	12
1.1.6	NÍVEL DE ALINHAMENTO COM AS MELHORES PRÁTICAS.....	14
1.2	PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS.....	14
1.2.1	ALINHAMENTO DA EMISSÃO COM ESTRATÉGIAS DA TABÔA.....	14
1.2.2	ANÁLISE QUANTITATIVA DOS BENEFÍCIOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS.....	15
1.2.3	PROCESSO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DOS PROJETOS.....	19
1.2.4	GESTÃO DE IMPACTOS ADVERSOS.....	22
1.2.5	ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS SETORIAIS DE TAXONOMIAS INTERNACIONAIS.....	23
1.2.6	NÍVEL DE ALINHAMENTO COM AS MELHORES PRÁTICAS.....	24
1.3	GESTÃO DOS RECURSOS.....	24
1.3.1	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	25
1.3.2	PROCEDIMENTOS PARA GESTÃO DE RECURSOS.....	25
1.3.3	RECURSOS TEMPORARIAMENTE NÃO ALOCADOS.....	26
1.3.4	NÍVEL DE ALINHAMENTO COM AS MELHORES PRÁTICAS.....	26
1.4	RELATO.....	27
2.	PERFORMANCE ASG DA TABÔA.....	30
2.1	GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	30
2.2	GESTÃO SOCIOAMBIENTAL.....	32
2.3	MEIO AMBIENTE.....	32
2.3.1	EMISSÕES ATMOSFÉRICAS E GASES DO EFEITO ESTUFA (GEE).....	32
2.4	SOCIAL.....	33
2.4.1	RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES.....	33
2.4.2	RELAÇÃO COM OS TRABALHADORES.....	34
2.4.3	SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO.....	35
2.5	ANÁLISE DE CONTROVÉRSIAS ESG.....	35
3.	MÉTODO.....	35
3.1	CLASSIFICAÇÃO DAS DIMENSÕES DOS GREEN/SOCIAL BOND PRINCIPLES.....	36
3.2	CONTROVÉRSIAS - EXTERNAL FACTOR REVIEW.....	37
3.3	NÍVEL DE ASSEGURAÇÃO.....	38

WAYCARBON

A WayCarbon é uma empresa brasileira privada de base tecnológica que trabalha para promover a transição para uma economia sustentável e de baixo carbono. Possui vasta experiência em política climática e implementação de projetos relacionados a temas Ambientais, Sociais e de Governança (ESG). Fundada em 2006, a empresa é a principal consultoria em mudança climática e sustentabilidade na América Latina, com experiência relevante em instituições públicas e privadas, em uma ampla gama de setores, incluindo mineração, aço, infraestrutura, energia, agropecuária, petróleo e gás, silvicultura, celulose e papel e serviços bancários. Nesse contexto, a WayCarbon tem atuado de maneira consistente em projetos de financiamento climático, bem como em análises de instrumentos financeiros que viabilizem projetos sustentáveis.

A WayCarbon emprega conhecimento e tecnologia para apoiar os clientes em suas estratégias climáticas para catalisar a transição para uma economia de baixo carbono, com resiliência climática, bem como para apoiar suas estratégias ESG, trazendo alinhamento de stakeholders aos conceitos de finanças sustentáveis

ESCOPO

O objetivo do presente parecer é prover uma opinião isenta e independente sobre o enquadramento como Título Sustentável da emissão descrita no Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 38ª (trigésima oitava) emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A (Gaia), lastreados em Créditos do Agronegócio Diversificados, cedidos pela Tabôa Fortalecimento Comunitário (“Tabôa” ou “Cedente”).

Os recursos captados com a emissão do CRA serão utilizados para financiar o fortalecimento da produção da agricultura familiar, que atua principalmente na cadeia produtiva do cacau na Mata Atlântica, no sul da Bahia e na floresta Amazônica, no estado do Pará, que gerem impactos socioambientais positivos e contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por isso, o entendimento deste parecer é que este CRA é caracterizado como título sustentável, sendo assim rotulado por gerar benefícios sociais e ambientais.

A metodologia adotada pela WayCarbon para esse parecer tem como base as diretrizes do processo voluntário de emissão de títulos rotulados, estabelecido pelas iniciativas Green Bond Principles (GBP), Social Bond Principles (SBP), Sustainability Bond Guidelines (SBG), e também a outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente. A opinião da WayCarbon se baseou em:

- Análise do Framework elaborado pela Tabôa para a emissão do CRA Sustentável;
- Avaliação do Termo de Securitização do CRA Sustentável;
- Avaliação do alinhamento entre os benefícios socioambientais apresentados frente às principais taxonomias e standards de finanças sustentáveis;
- Avaliação das práticas e iniciativas ESG da organização cedente, bem o alinhamento com sua estratégia e gestão de aspectos ESG;
- Aderência entre a estratégia da organização cedente, benefícios do título e alinhamento com os quatro componentes essenciais (core components) do GBP e SBP.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela organização cedente, alguns de caráter confidencial, outro públicos em sua página eletrônica, revisão documental e entrevistas com equipes responsáveis nas áreas institucional e financeira, realizadas de forma remota. Esse processo foi realizado entre setembro e novembro de 2023.

A WayCarbon teve acesso a todos os documentos solicitados e ao pessoal-chave, podendo assim fornecer um parecer com um nível de garantia limitado em relação à exaustividade, exatidão e confiabilidade.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A WayCarbon não é acionista, subsidiária, cliente ou fornecedora da Tabôa Fortalecimento Comunitário, nem de quaisquer partes relacionadas que possam caracterizar conflito de interesse, estando apta a emitir um parecer de forma independente. A avaliação externa se baseia em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Devedora. Dessa forma, não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. O parecer não possui caráter de auditoria e, portanto, não atesta a veracidade das informações coletadas e apresentadas. Durante as pesquisas e interações com a Tabôa, no entanto, não foram encontrados indícios de irregularidade das informações. Este documento deve ser considerado como uma avaliação ou opinião externa quanto à aderência desse empréstimo a metas de desempenho em sustentabilidade, segundo parâmetros já mencionados, não atendendo a quaisquer requisitos de certificação.

Ressaltamos que este relatório e todas as avaliações e opiniões indicadas nesse parecer não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

DISCLAIMER

As informações e metodologias contidas ou refletidas neste documento são de propriedade da WayCarbon e/ou de fontes secundárias, e podem ser disponibilizadas apenas na forma e no formato divulgados neste documento, ou desde que seja garantida a citação e o reconhecimento adequados.

Essas informações são fornecidas apenas para fins informativos e (1) não constituem um endosso de qualquer produto ou projeto; (2) não constituem aconselhamento de investimento, aconselhamento financeiro ou um prospecto; (3) não devem ser interpretadas como uma oferta ou indicação de compra ou venda de títulos, seleção de um projeto ou envolvimento em qualquer tipo de transação comercial; (4) não representam uma avaliação do desempenho econômico, das obrigações financeiras e da qualidade de crédito da cedente; e/ou (5) não foram e não podem ser incorporadas a qualquer divulgação de oferta.

Enfatiza-se que este parecer de Segunda Parte fornece uma abordagem ampla do financiamento sustentável, de modo que os investidores em potencial devem sempre consultar a documentação relevante para qualquer transação específica realizada de acordo com este parecer.

Esses dados se baseiam em informações disponibilizadas pelo mutuário e, portanto, não são garantidos quanto à sua comercialização, integridade, precisão, atualidade ou adequação a uma finalidade específica. Dessa forma, a WayCarbon não se responsabiliza por danos decorrentes do uso das informações, dados ou opiniões aqui contidas de qualquer forma, exceto quando expressamente exigido por lei.

1. OPINIÃO

A WayCarbon utilizou um método de avaliação baseado no atendimento dos Green Bond Principles (GBP), Social Bond Principles (SBP) e Sustainability Bond Guidelines (SBG) tendo acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível limitado de asseguração em relação a completude, precisão e confiabilidade.



A WayCarbon considera que o CRA Sustentável da Tabôa - Fortalecimento Comunitário (Tabôa) está de acordo com os componentes centrais e categorias de projeto elencados no Green Bond Principles, Social Bond Principles e Sustainability Bond Guidelines (SBG), portanto, se caracteriza como CRA Sustentável, com contribuições líquidas positivas para o desenvolvimento sustentável, mitigação e adaptação das mudanças climáticas. Essa conclusão é baseada nas análises fundamentadas nas seções a seguir.

1.1 USO DOS RECURSOS

Este princípio diz respeito ao uso dos recursos captados pela empresa durante a emissão do título de dívida sustentável, e busca assegurar que a empresa esteja emitindo uma dívida para a aplicação em projetos com adicionalidade ambiental e social, ou seja, que apresentem benefícios socioambientais líquidos positivos, possíveis de serem quantificados e qualificados. Os benefícios variam devido à singularidade de cada projeto, podendo ser descritos através de estudos científicos que comprovem os benefícios da atividade da emissão ou por meio de indicadores fornecidos pela cedente.

1.1.1 Descrição dos usos de recursos e projetos elegíveis

O CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) Sustentável do Cacau é um título sustentável que se garante do mecanismo de blended finance (finanças mistas) para reunir recursos financeiros de investidores de mercado, organização filantrópicas e poder público para fortalecer a agricultura familiar por meio de acesso a crédito e acompanhamento técnico contínuo.

O valor captado por meio da emissão dos títulos será investido no fortalecimento da produção da agricultura familiar voltado para produtores individuais que atuam principalmente na cadeia produtiva do cacau na Mata Atlântica, com 450 beneficiados no sul da Bahia e 150 beneficiados na floresta Amazônica, no estado do Pará e que comprovadamente gerem impactos socioambientais positivos. O valor total da captação será de R\$10.500.000, sendo investidos na compra de insumos, equipamentos e na contratação de mão de obra. O termo de securitização prevê no máximo 3% de concentração da carteira do CRA por tomador, enquanto a concentração máxima representada pelos cinco principais produtores que receberão o crédito sustentável não deve exceder 15%.

O CRA é um produto financeiro constituído na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com retorno pré-fixado para os investidores de 2% a.a à 10% a.a. Os empréstimos concedidos podem ser feitos em até 42 meses com taxas de juros de 1% ao mês, tendo como foco ações e projetos que atendam aos critérios de elegibilidade. Serão financiados apenas gastos futuros. A Tabela 1 detalha os usos dos recursos previstos para o CRA Sustentável.

Uso de Recursos	Projetos Elegíveis
Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra - Agricultura agroecológica ou orgânica e Sistemas Agroflorestais (SAFs)	• Implantação e/ou manutenção de Sistemas Agroflorestais (SAFs), olericultura, horticultura (culturas de ciclo curto), fruticultura, viveiros de mudas e Meliponicultura ou Apicultura; • Manejos de Agroecologia; • Criação de animais de pequeno porte (aves, ovinos, caprinos e suínos); • Aquisição de sementes, insumos, equipamentos para irrigação por gotejamento, microaspersores, infraestrutura para beneficiamento de cacau de qualidade (barcaça, estufas, casa de cocho, armazém) e maquinários (atomizador, motopoda, etc); • Contratação de mão de obra.
Empoderamento socioeconômico na agricultura familiar (inclusão de mulheres, jovens assentados e quilombolas)	• Ações de comercialização como financiamento de melhorias na infraestrutura das estações de comercialização, aquisição de veículos e melhorias no transporte (coleta, distribuição, entrega), capital de giro para aquisição de produtos e financiamento de reforma nas estações de comercialização e armazenamento de produtos; • Estruturação de agroindústria através da aquisição de maquinários, financiamento de reformas para adequação de espaço, contratação de serviços para rótulos e embalagens, capital de giro para aquisição de insumos etc.; • Meliponicultura e apicultura através da aquisição de enxames e insumos, reformas e adequações na instalação de meliponário, contratação de serviços para rótulos e embalagens e aquisição de equipamentos; • Artesanato através da aquisição de matéria-prima, reforma do espaço de comercialização e capital de giro para iniciar o negócio; • Turismo de base comunitária através de reformas e adequação da hospedagem e aquisição de utensílios para melhor equipar as hospedagens; • Ações de cultivo e manejo, como citadas nos demais Usos de Recurso.
Segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis	• Estruturação de agroindústria através da aquisição de maquinários, financiamento de reformas para adequação da agroindústria, contratação de serviços para rótulos e embalagens e capital de giro para aquisição de insumos etc.; • Meliponicultura e Apicultura através da aquisição de enxames e equipamentos, reformas e adequações na instalação de meliponário, contratação de serviços para rótulos e embalagens; • Ações de cultivo e manejo para diversificação de culturas, reduzindo risco concentrado e melhorando a qualidade alimentar das famílias; • Criação de animais de pequeno porte (aves, ovinos, caprinos e suínos); • Aquisição de sementes, insumos, equipamentos para irrigação por gotejamento, microaspersores, infraestrutura para beneficiamento de cacau de qualidade e maquinário; • Contratação de mão de obra.

Tabela 1: Descrição dos projetos elegíveis.

1.1.2 Benefícios ambientais dos projetos elegíveis

Os recursos podem ser investidos em ações e projetos de agricultura agroecológica e ou orgânica, para implantação e manejo de Sistemas Agroflorestais (SAFs), incluindo SAFs do tipo Cabruca. Estas são áreas de cultivo onde o cacau foi implantado sob a sombra da floresta nativa raleada e que têm sido consideradas importantes para a conservação de espécies nativas (SAMBUICHI, 2006).

O cultivo do cacau sob manejo agroflorestal e agroecológico tem se destacado como uma abordagem eficaz para fomentar o desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas. Essa prática não apenas reduz a pressão por novos desmatamentos, mas também promove a recuperação de áreas degradadas, minimiza as queimadas e contribui para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, é fundamental para a criação de empregos formais e para o aumento da renda. Essas técnicas desempenham um papel fundamental na promoção da conservação, restauração e recuperação de áreas degradadas, na recomposição da vegetação nativa e na preservação da diversidade biológica dos ecossistemas em que são inseridos (WILLMER 2017).

A promoção da utilização de sistemas agroflorestais, como destacado no Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas visando a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono Na Agricultura (PLANO ABC), é considerada uma prioridade de acordo com o relatório elaborado pelo Ministério da Agricultura em colaboração com a Climate Bonds Initiative e a Iniciativa Brasileira de Finanças Verdes. Além disso, algumas das metas estabelecidas na Contribuição Nacional Determinada (NDC) do Brasil dizem respeito aos setores agrícola e florestal, com o objetivo de fortalecer o Plano ABC como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos naturais, bem como contribuir para a redução das emissões de carbono e para o desenvolvimento de práticas agrícolas e florestais mais ambientalmente responsáveis. SAFs são sistemas produtivos que podem se basear na sucessão ecológica, análogos aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas tendo alta diversidade de espécies e interações entre elas. SAFs conciliam a preservação ambiental com a produção, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola, e podem ser utilizadas para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas (EMBRAPA, 2020).

Projetos de restauração, regeneração e manejo de florestas nativas nos biomas Amazônico e Mata Atlântica têm o potencial de contribuir de forma sistemática e a longo prazo para a busca de um cenário que restrinja o aumento da temperatura global a 1,5°C, ao mesmo tempo que promovem o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono (Gama-Rodrigues et al. 2011).

Estas práticas conservacionistas trazem benefícios ambientais incluindo a recuperação de áreas degradadas, a restauração da vegetação nativa, o sequestro e armazenamento de carbono tanto na atmosfera quanto no solo, a preservação do solo, da biodiversidade e dos recursos hídricos, bem como a regulação do microclima. Além disso, elas fortalecem a resiliência e a capacidade de adaptação dos sistemas agrícolas a eventos climáticos extremos. Além disso, geram empregos formais, indiretos e aumentam a renda. Deste modo, a integração de práticas conservacionistas nas atividades cotidianas das propriedades familiares tem um impacto direto na melhoria da capacidade de adaptação e resiliência dos agricultores diante dos eventos climáticos extremos, que estão se tornando cada vez mais frequentes.

1.1.3 Benefícios sociais dos projetos elegíveis

Na esfera social, os projetos que podem receber investimentos têm como objetivo fortalecer a agricultura familiar, promovendo o empoderamento socioeconômico de pequenos produtores rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária. Além disso, tais projetos também buscam abordar questões relacionadas a gênero e geração, promovendo a inclusão de mulheres e jovens na cadeia produtiva, criando oportunidades

e condições para a sua integração socioprodutiva. Por último, os recursos também podem ser alocados em iniciativas que promovam a segurança alimentar e fomentem a construção de sistemas alimentares sustentáveis, como a adoção de práticas agroecológicas, sistemas agroflorestais, e o desenvolvimento de agroindústrias, entre outras medidas. Dentre os projetos elegíveis, a Tabôa pretende fomentar o desenvolvimento com foco no agricultor familiar local, agricultores assentados e mulheres agricultoras.

A agricultura tradicional enfrenta atualmente uma série de desafios significativos. Estes incluem a necessidade de fornecer alimentos acessíveis e nutritivos para uma população em constante crescimento, a capacidade de se adaptar às mudanças climáticas e a mitigação da degradação de recursos naturais, tais como água, uso de solo e perda de biodiversidade. Com o objetivo de enfrentar esses desafios, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estabeleceu a década de 2019-2028 como a “Década Global da Agricultura Familiar”. Durante esse período, a FAO tem trabalhado na elaboração de políticas e planos de ação globais com o propósito de fortalecer e desenvolver capacidades que promovam a agricultura familiar.

O fortalecimento da agricultura familiar traz consigo uma série de benefícios, incluindo o acesso a alimentos de qualidade e a promoção da segurança alimentar. Políticas governamentais têm direcionado esforços para promover a agroecologia como um meio eficaz de assegurar a segurança alimentar e nutricional das populações. Isso fortalece a capacidade de adaptação dos agricultores familiares às mudanças climáticas e permite que eles participem ativamente nos processos de produção e disseminação de tecnologia agrícola (BATISTA, 2016).

Os projetos de assentamento na região Sul da Bahia são caracterizados por áreas totais inferiores à 2.000 hectares e média de número de famílias assentadas inferior à 50 famílias por assentamento, diferindo das demais regiões brasileiras, pois as áreas e número de famílias são bastante inferiores se compararmos aos projetos de assentamento de outras regiões. A renda média familiar mensal dos assentados é inferior à meio salário-mínimo brasileiro, e muitos possuem acesso a algum tipo de programa governamental, predominando o acesso ao Programa Bolsa Família do Governo Federal (ESTIVAL, 2016).

As principais dificuldades relacionadas às condições de vida e trabalho dos assentados incluem a falta de saneamento básico, condições precárias de acesso às estradas e logística para transporte de insumos. Isso resulta em obstáculos para o escoamento da produção, o fluxo de pessoas e acesso aos serviços de educação, saúde e comércio. Além disso há uma grande resistência dos assentados em relação ao trabalho coletivo, já que cada um tem valores, objetivos e necessidades distintos. Isso favorece o interesse maior por produção e comercialização individual em detrimento da expansão do trabalho coletivo (ESTIVAL, 2016).

O Censo Agropecuário de 2017 registra 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários, com 77,1% classificados como Agricultura Familiar, sendo 81,3% sob gestão masculina e 18,7% sob gestão feminina. As mulheres rurais no Brasil representam cerca de 14% da população feminina total e 48% da população rural. Agências internacionais como a FAO têm pautado a necessidade de construir uma agenda de políticas públicas que atuem na superação da condição adversa das mulheres do campo, sem perder de vista o fomento de sua força produtiva (SAMPAIO, 2018). Observando os dados de participação feminina na agricultura familiar, torna-se evidente a necessidade de incentivar que mais mulheres possam participar e se beneficiar ativamente destas atividades.

Em relação aos benefícios sociais, pretende-se disponibilizar crédito acessível e acompanhamento técnico contínuo, proporcionando a geração de empregos formais e renda, além da adaptação destas populações às mudanças climáticas. O uso dos recursos está alinhado à categoria de Finanças Inclusivas do Mapa de Negócios de Investimento de Impacto (Impact Investing Market Map) elaborado pelo Principles for Responsible Investments (PRI). Dentre os tipos de companhias e negócios que promovem as finanças inclusivas, segundo esta metodologia, estão incluídas empresas fintech que fornecem produtos e serviços para microcrédito, como é o caso da Tabôa.

As ações, projetos e investimentos são direcionados a produtores da agricultura familiar e de pequeno porte, em sua maioria produtores de cacau, especialmente aqueles que adotam manejo agroecológico e/ou agroflorestal. Atenção especial é dada à inclusão de mulheres, jovens, assentados e comunidades remanescentes de quilombos e busca-se promover incentivos financeiros para o empoderamento socioeconômico destes pequenos produtores rurais que fazem grande parte da agricultura familiar no Brasil, criando oportunidades e condições de maior inserção socioproductiva para estes segmentos populacionais, fortalecendo sua autonomia e protagonismo.

A ideia é viabilizar estruturas como a aquisição de equipamentos e reformas essenciais, fortalecendo práticas agrícolas que promovam a ampliação do acesso à alimentação de qualidade, redução da pobreza rural, proteção de ecossistemas locais e valorização de conhecimentos tradicionais. Ressalta-se o Acompanhamento Técnico Continuado (ATER) que estará disponível através de serviços de assistência técnica e treinamento, principalmente no que se refere aos processos produtivos, incluindo plano de manejo e planejamento de uso da propriedade.

A geração de renda proveniente do processamento e comercialização de alimentos a curto, médio e longo prazos, por exemplo, é uma oportunidade para que jovens possam permanecer no campo, assegurando condições dignas de existência e qualidade de vida, ao tempo em que fortalecem os conhecimentos locais e contribuem para garantir a sucessão rural da agricultura familiar. Vale dizer que políticas de combate à fome têm priorizado, cada vez mais, a prática da agroecologia como meio para garantir segurança alimentar e nutricional das populações, fortalecendo a capacidade de adaptação frente às mudanças climáticas e permitindo a participação de agricultores familiares nos processos de produção e disseminação tecnológica.

Vulnerabilidade pode ser definida como as características e circunstâncias que dão susceptibilidade ao impacto de um processo potencialmente perigoso por fatores sociais, econômicos e ambientais (ONU, 2009). Diante disso, todos os públicos-alvo definidos podem ser considerados vulneráveis sobre certos aspectos, dentre estes a dificuldade de acesso ao crédito.

1.1.4 Elegibilidade frente às taxonomias de finanças sustentáveis

A Climate Bonds Initiative (CBI) considera que a produção agrícola desempenha um papel fundamental para o cumprimento dos objetivos globais de descarbonização, de forma que a implementação de práticas agrícolas sustentáveis é necessária para reduzir as emissões de GEE, se adaptar às mudanças climáticas e suportar as pressões impostas à segurança alimentar pelo crescimento da população. No contexto da agricultura, a CBI busca rastrear e habilitar a certificação de títulos em que o uso de recursos viabilize: (i) Agricultura de baixa emissão; e (ii) Agricultura adaptada e resiliente às mudanças climáticas e que não prejudique a

resiliência climática dos sistemas em que é realizada. Dessa forma, a presente operação pode ser considerada como elegível para emissão de títulos verdes frente ao CBI, uma vez que as práticas relacionadas à agricultura agroecológica e orgânica, com ênfase na implementação e gestão de Sistemas Agroflorestais (SAFs) proporcionam sequestro significativo de carbono, redução das emissões, e estão ligadas a práticas de agricultura de baixo carbono.

De forma similar, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia classifica o cultivo agrícola perene e não-perene como substancial para a mitigação de mudanças climáticas, desde que sejam adotadas boas práticas agrícolas que representem redução significativa nas emissões de GEE associadas.

A emissão está alinhada também aos Social Bond Principles (SBP) através das categorias de projetos sociais como o acesso a serviços essenciais (financiamento e serviços financeiros); segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis; e avanço e capacitação socioeconômica (empoderamento socioeconômico na agricultura familiar com inclusão de mulheres, jovens assentados e quilombolas). Além disso, os projetos elegíveis se enquadram aos Green Bond Principles (GBP) nas categorias Gestão Ambientalmente Sustentável de Recursos Naturais Vivos e Uso da Terra e Adaptação às mudanças climáticas.

Ademais, o Plano de Ação do Governo Federal para a Taxonomia Sustentável Brasileira disponibilizado para consulta pública em setembro de 2023 indicou o setor de Agricultura, Pecuária, Produção florestal, Pesca e Aquicultura como um dos selecionados à elegibilidade na Taxonomia Sustentável Brasileira. Além disso, o CRA Sustentável possui alinhamento aos objetivos ambientais, climáticos e sociais que serão abordados pela taxonomia brasileira, mais especificamente: (i) Mitigação da mudança do clima; (ii) Adaptação às mudanças climáticas; (iii) Proteção e restauração da biodiversidade e ecossistemas; (iv) Uso sustentável do solo e conservação, manejo e uso sustentável das florestas; (v) Geração de trabalho decente e elevação da renda; (vi) e Redução das desigualdades socioeconômicas, considerando aspectos raciais e de gênero.

1.1.5 Alinhamento dos projetos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Segundo a Organização das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um plano de ação a fim de erradicar problemas sociais, como a fome extrema e a pobreza, além de proporcionar à população educação de qualidade, promovendo a proteção do planeta e a integração pacífica das comunidades. Composto por 17 objetivos e 169 metas, o alinhamento dos projetos aos ODS é feito através das características do projeto que influenciem o país e/ou mundo na direção de um ou mais objetivos e suas metas. Em função dos argumentos elencados ao longo desta seção, verificou-se que os projetos elegíveis a este CRA Sustentável estão alinhados aos ODS apresentados na Tabela 2:

ODS	Meta
	1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.
	2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola. 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
	5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
	8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
	10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
	11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
	12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
	13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.
	15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente. 15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.

Tabela 2: Alinhamento dos projetos elegíveis aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1.1.6 Nível de alinhamento com as melhores práticas

De acordo com as características de uso dos recursos definidas para o CRA Sustentável, bem como as descrições relativas aos usos de recursos apresentadas acima, foi possível avaliar o enquadramento da operação frente ao princípio de uso de recursos.



Na opinião da WayCarbon, o uso de recursos do presente empréstimo está alinhado aos Green/Social Bond Principle 1, gerando benefícios socioambientais positivos. No entanto, o uso de recursos definido na operação permite, mesmo que em alguns casos, a alocação em usos como capital de giro e custos de mão de obra, caracterizados como despesas operacionais (OPEX). Este fato reduz a adicionalidade dos investimentos, assim, o nível de alinhamento foi definido como **Moderado**.

1.2 PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Esta seção tem por objetivo analisar como a Tabôa conduziu o processo de seleção dos projetos e como assegurou que estes ativos mantenham suas características sustentáveis e proporcionem a adicionalidade ambiental proposta ao longo de sua vida útil.

1.2.1 Alinhamento da emissão com estratégias da Tabôa

A Tabôa é uma organização sem fins lucrativos estabelecida em 2014 e reconhecida como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). De acordo com o Capítulo II de seu Estatuto Social, sua missão central é fortalecer indivíduos, empresas e entidades na região de Serra Grande, no sul da Bahia, por meio do acesso a conhecimento, recursos financeiros e promoção da cooperação. Para alcançar esse propósito, a organização promove iniciativas baseadas na comunidade, empreendimentos produtivos e socioeconômicos, valorizando as culturas locais, saberes e vocações.

A Tabôa atua por meio de dois programas: (i) Programa de Desenvolvimento Rural, que visa fortalecer os pequenos produtores, criar e manter empregos, aprimorar as habilidades técnicas e preservar a biodiversidade local; (ii) Programa de Desenvolvimento Territorial de Serra Grande e arredores, que tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento de organizações, grupos e lideranças locais, promovendo a igualdade de gênero e fortalecendo a economia da região. Isso é alcançado por meio do apoio a projetos socioambientais, treinamentos, consultorias e assessorias, e da criação de espaços para a colaboração interinstitucional. Dessa forma, observa-se que as iniciativas da Tabôa têm objetivos ambientais e sociais bem definidos e contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua, estando, assim, em linha com os objetivos de sustentabilidade do CRA Sustentável.

1.2.2 Análise quantitativa dos benefícios socioambientais e climáticos

Como determinado no Framework desenvolvido pela Tabôa para esta operação, os investimentos abrangem ações e projetos relacionados à agricultura agroecológica e orgânica, com ênfase na implementação e gestão de Sistemas Agroflorestais (SAFs). O Público-alvo do CRA Sustentável são agricultores familiares ligados a cadeia produtiva do cacau em situação de vulnerabilidade devido ao baixo IDH da localidade onde residem, baixa escolaridade, pouco acesso a infraestrutura de saneamento, ausência de acompanhamento técnico da produção agropecuária e restrições de acesso à crédito.

Segundo a Tabôa, é esperado que cerca de 600 agricultores, mais seus familiares, sejam beneficiados através do CRA Sustentável, sendo 150 na Amazônia, na região do Pará, e os demais 450, no sul da Bahia em área de Mata Atlântica.

Conforme mencionado, os SAFs têm impactos positivos no meio ambiente, no clima e também na sociedade, gerando empregos formais, diretos e indiretos, e aumentando a renda da comunidade envolvida. Dessa forma, o CRA Sustentável da Tabôa incentiva e apoia com recursos financeiros e acompanhamento técnico a transição agroecológica e regenerativa por meio do enriquecimento dos SAFs com espécies nativas e práticas sustentáveis de produção. Adicionalmente, a sustentabilidade financeira das propriedades rurais é incrementada por meio do apoio a melhores práticas de beneficiamento, como produção de cacau de alta qualidade, geleias, frutas desidratadas, comercialização dos produtos de maior valor agregado e certificação orgânica.

Os créditos concedidos pela Tabôa serão investidos em até 1 hectare por produtor, porém, o impacto é medido em torno de toda a área produtiva, uma vez que as orientações passadas pelo Acompanhamento Técnico Rural Continuado (ATER) auxiliam os produtores a trabalhar e manejar de forma sustentável toda a sua área produtiva e não somente na área de investimento. É importante ressaltar que os produtores apoiados pela Tabôa possuem, em média, 4 hectares de terra. Portanto, o CRA Sustentável tem o potencial de abranger uma área total de 2.400 hectares.

Estudos demonstram que SAFs têm um significativo potencial de sequestro de carbono (CO₂), especialmente em regiões tropicais e subtropicais, onde a biomassa florestal é abundante (Fernandes et al., 2018). Estimativas de captura de carbono através dos sistemas agroflorestais do sistema cabruca indicam que há, em média, a captura de 242 toneladas de CO₂ por hectare, sendo a plantação de cacau responsável por cerca de 40% do CO₂. O valor médio estimado de sequestro de CO₂ no sistema cabruca é de 66 tCO₂/he, com uma variação entre 31 a 109 toneladas de CO₂/ha (Santos, et al. 2021).

Segundo estimativas da Tabôa, é esperado que com essa operação haja um aumento significativo na manutenção de carbono estocado nos sistemas cabrucas. Essa estimativa considerou dados do número de produtores beneficiados pelo crédito sustentável, área total beneficiada pelo CRA e o potencial de captura de carbono disponível na literatura como referência. Dessa maneira, foi possível estimar que o incremento de sequestro de carbono pode chegar a 128.540 tCO₂ até o vencimento do CRA, que somado ao estoque atual (75.306 tCO₂), pode alcançar 203.846 tCO₂, o que representa um aumento de 71% de estoque de carbono até dezembro de 2028.

Assim, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) representam uma alternativa atrativa para a recuperação de áreas degradadas, uma vez que possibilitam a geração de renda desde o momento de sua implementação. Isso se torna viável devido à capacidade dos SAFs de combinar retornos econômicos com a eficaz restauração de áreas prejudicadas, criando sistemas integrados que promovem a produção e a renda, ao mesmo tempo em que conservam os recursos naturais. Além disso, SAFs resultam em benefícios econômicos indiretos, como produtos agrícolas de melhor qualidade e redução de custos com insumos (Wolf et al., 2012).

Com o apoio dos extensionistas e dos seus agentes de crédito, a Tabôa monitora constantemente os indicadores de desempenho dos produtores, incluindo os beneficiados pelo CRA Sustentável emitido em 2020, que devido ao escopo semelhante foi utilizado como referência para estimar o impacto da presente operação. A Tabôa divulgou os resultados através do Relatório Anual de Uso dos Recursos, Resultados e Impactos I 2021 (CRA Sustentável na Mata Atlântica).

Com o crédito mais acessível oferecido pela Tabôa em 2020, a cadeia produtiva da região foi impactada positivamente, promovendo a participação de produções lideradas por mulheres (33,2%) e de jovens (48,8% dos componentes familiares). Adicionalmente, verifica-se que com o recurso e o acompanhamento técnico ocorre também o incremento da produção, assim o produtor têm novas possibilidades e passa a comercializar um produto com maior valor agregado. Observa-se ainda, que o aumento de renda média dos produtores de cacau de qualidade (58,6%) esteve consideravelmente acima do aumento médio geral de renda (38,9%), uma vez que, além do ganho com aumento de produtividade, tiveram também o ganho do prêmio do preço adicional pago em cacau de qualidade, que possui preço de venda 100% acima do cacau commodity.

A produtividade de cacau cabruca, cultivado por todos os produtores que acessaram o crédito, teve um crescimento significativo com o manejo sustentável. Foram 38,9% de aumento médio em 2021. Cabe destacar que o crescimento foi ainda maior no caso das propriedades de agricultura familiar lideradas por mulheres e assentados, chegando a 43,9% e 42,9% respectivamente.

Os recursos do CRA Sustentável de 2020 possibilitaram a estruturação de agroindústrias, a implantação de SAFs, olericultura, horticultura e fruticultura, melhorando a qualidade alimentar das famílias, uma vez que essa diversidade de produção no campo primeiro abastece primeiramente as famílias produtoras, garantindo alimentação de qualidade. Foram produzidas 719 toneladas de alimentos, dos quais 471 são agroecológicos. A diversidade da produção se reflete na quantidade de culturas produzidas. São elas: açaí, banana prata, banana da terra, cacau, café, cana, cravo da índia, cupuaçu, goiaba, graviola, guaraná, hortaliças, jiló, laranja, limão, mandioca, pupunha, quiabo, rúcula e salsa. Cada agricultor produziu, em média, 4,8 dessas culturas.

Esses resultados servem como base de referência para estimar o potencial dos benefícios socioambientais da presente operação. A Tabela 3 a seguir consolida estes os dados e traz a expectativa de impacto da Tabôa ao vencimento do CRA Sustentável de 2023.

Indicador	Setembro/2023	Dezembro/2028	Impacto CRA 2023
Área de produção agroecológica ou orgânica certificada	398 ha	573 ha	175 ha
Agricultores com novas práticas de produção implantadas (#)	204	660	456
Aumento anual da produtividade de cacau	22,8%	20%	2,8%
Área de manejo florestal sustentável	1.145 ha	3.719 ha	2.574 ha
Área de floresta conservada, plantada ou reflorestada	1.108,1 ha	6.048 ha	4.940 ha
Área de solo degradada restaurada através do SAF	0	225 ha	225 ha
Nº de propriedades financiadas lideradas por mulheres	95	310	215
Participação feminina no volume de crédito concedido	32,6%	33%	0,4%
Número de assentados financiados	189	565	376
Participação de assentados no volume de crédito concedido	65,4%	60%	5,40%
Incremento na renda das propriedades lideradas por mulheres	9,1%	30%	28,9%
Incremento na renda das propriedades lideradas por assentados	22%	30%	8%
Número de pessoas beneficiadas com o projeto	805	2.615	1.810
Volume de alimentos produzidos (toneladas)	720 ton	2.329 ton	1.619 ton
Volume de alimentos sustentáveis comercializados pelos projetos	471 ton	702 ton	231 ton
Diversificação de culturas (número)	4,8	5	0,2

Tabela 3: Quantificação dos benefícios socioambientais esperados pelo CRA Sustentável.

Fonte: Material de divulgação do CRA Sustentável.

Na ocasião do primeiro CRA Sustentável emitido em 2020, a maior parte do crédito foi concedida para assentamentos de projetos de reforma agrária (75,6%), um resultado significativo, pois demonstra que o recurso chegou a uma população com dificuldade de acesso a empréstimos de formas convencionais, como bancos comerciais tradicionais, ou até mesmo pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), devido a fatores como exigência de regularização fundiária da propriedade e riscos inerentes à agricultura que afetam a concessão de crédito para pequenos agricultores, sobretudo para agricultores familiares.

Segundo o Protocolo de Tratamento de Conflitos Agrários, os conflitos fundiários em áreas de assentamentos rurais são uma das principais fontes de incerteza quanto à posse da terra, muitos assentamentos rurais carecem de títulos de propriedade formalmente registrados. A falta de documentação legal apropriada cria incertezas jurídicas sobre quem de fato detém a posse da terra, e consequentemente afeta a obtenção de crédito para pequenos produtores, sobretudo aos produtores familiares e assentados, público-alvo da Tabôa.

O objetivo e estratégia da linha de crédito cedida pela Tabôa através dos CRA Sustentáveis é similar ao Pronaf, que tem como finalidade promover o bem-estar das famílias que vivem da agricultura

e elevar a eficiência na produção rural. De acordo com o BNDES, a taxa de juros do Pronaf, na data da conclusão deste parecer (novembro de 2023), está em 6% ao ano, relativamente mais baixa, quando comparada à taxa de 12% ao ano (1% ao mês) do crédito oferecido pela Tabôa. Por outro lado, o Pronaf não conta com acompanhamento técnico nem desenvolve propostas de crédito customizadas, como é ofertado pela Tabôa.

Para assegurar que os produtores irão alcançar os benefícios socioambientais é importante certificar que os empréstimos concedidos não sejam abusivos ou predatórios. Ou seja, é fundamental evitar a cobrança de taxas de juros excessivas que prejudiquem os produtores, levando-os a um endividamento desproporcional. Nesse sentido, segundo informado pela Tabôa, as linhas de microcrédito não subsidiadas existentes na região oferecem empréstimos com um limite máximo de R\$ 5 mil, com prazo máximo de 12 meses e taxas de juros acima de 1,5% ao mês. O crédito oferecido pela Tabôa diferencia-se por possibilitar empréstimos de até R\$ 15 mil, com taxa de juros de 1% ao mês e um prazo de pagamento de até 36 meses, incluindo três meses de carência. A Tabôa informou ainda que não são cobradas taxas ou depósitos antecipados para a concessão de empréstimos.

Ademais, foi verificado que a taxa de juros do crédito da Tabôa, no momento da elaboração deste parecer, encontra-se abaixo da taxa de juros básica da economia do país (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic - 12,25% a.a.). Dessa forma, as taxas de juros praticadas pela Tabôa foram consideradas dentro das praticadas no mercado para empréstimos semelhantes, não sendo estas consideradas abusivas.

De acordo com o apresentado na Tabela 4, é possível comparar também as taxas de juros de outras linhas de crédito com subsídios disponíveis para a agropecuária. Comparada com linhas de crédito de instituições de fomento, a taxa de juros do crédito oferecido pela Tabôa pode ser considerada mais alta no geral, porém, o crédito se torna mais atrativo a partir da criação de uma metodologia sólida de acompanhamento e fornecimento de conhecimento técnico. Além disso, o acesso ao crédito da Tabôa é menos burocrático, com menor exigência documental e fundiária, tornando-o mais acessível aos grupos vulneráveis. Adicionalmente, verifica-se que a garantia do crédito pode ser realizada por avalista ou grupo solidário, além disso, não é obrigatória a alienação de bens.

Linha de Crédito	Instituição responsável	Taxa de juros
PRONAF	BNDES	- Prefixada de até 6% a.a.
Moderagro	BNDES	- Prefixada de 10,5% a.a.
RenovAgro	BNDES	RenovAgro Ambiental: 7% a.a. Demais finalidades de projetos financiáveis: 8,5% a.a. *Possui tarifa de contratação de 0,5% sobre o valor do financiamento.
Moderinfra	Banco do Brasil Badesul Santander	- Prefixada de 10,5% a.a.
ProAgro	Banco Central do Brasil Banco do Brasil Caixa Econômica	- Demais culturas zoneadas (em sequeiro): - Proagro: 4% a.a. - Proagro Mais: 3% a.a. - Lavouras não zoneadas: - Proagro: Não permitido - Proagro Mais: 3% a.a. - Empreendimentos em áreas agroecológicas: - Proagro: 2% a.a. - Proagro Mais: 2% a.a.

Tabela 4: Linhas de crédito agropecuário.

1.2.3 Processo de seleção, avaliação e gestão socioambiental dos projetos

A Tabôa estabeleceu um processo transparente para avaliar a conformidade dos projetos escolhidos com os princípios e os objetivos de impacto desejados. A organização cedente é responsável por realizar internamente a seleção e a identificação das categorias de projetos elegíveis, determinar os benefícios ambientais e sociais, bem como estabelecer os indicadores de desempenho para cada projeto.

Os créditos são concedidos e acompanhados pela equipe do Programa de Desenvolvimento Rural da Tabôa. Esta equipe conta com um Gerente do Programa de Desenvolvimento Rural, um Analista de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, um Coordenador de ATER, quatro Extensionistas e um Analista de Monitoramento. Os créditos são elaborados pelos agentes de crédito e aprovados pelo Gerente.

A Figura 1 ilustra o processo de avaliação e escolha de projetos e suas cinco etapas, que visam assegurar a transparência e a eficácia na alocação de recursos, bem como o alcance e acompanhamento dos impactos socioambientais pretendidos.



Figura 1. Fluxo de avaliação e seleção dos projetos

Fonte: Framework CRA Sustentável do Cacau da Tabôa.

1. Divulgação: A Tabôa divulga sua linha de crédito para agricultores familiares usando materiais de comunicação online e offline. Nessa etapa é realizada uma reunião explicativa sobre o crédito para os produtores.

2. Análise de crédito e viabilidade econômica: Após a consulta cadastral, é feito o levantamento socioeconômico em colaboração com o agricultor, especialmente com aqueles que buscam o manejo agroecológico. Nesse levantamento, são analisados aspectos como número de integrantes da família, número de pessoas envolvidas na produção, familiaridade com a cultura a ser financiada, área disponível para este fim, renda, despesas, entre outros. Durante esta etapa o agricultor é sensibilizado para a importância de manter as áreas de preservação permanente, reserva legal e remanescentes florestais intactos. Segundo informado, são priorizadas propostas que busquem SAFs, diversificação de culturas e segurança alimentar. Os agentes de crédito da Tabôa avaliam os projetos dos produtores, onde são verificados a elegibilidade, a viabilidade e o compromisso socioambiental dos agricultores. É feita também uma avaliação de posse da terra para assegurar que não ocorra posse indevida por invasão. A Capacidade de gestão do recurso também é avaliada e, a partir dela, é construída

a proposta de crédito customizada para as necessidades e vocações de cada produtor. Durante essa etapa o agente de crédito aplica um Formulário de Propriedades Agrícolas para Negócios Rurais onde avalia o perfil socioeconômico do agricultor, a necessidade de crédito e a capacidade de quitação. O principal indicador de vulnerabilidade utilizado é o enquadramento como agricultor familiar, e os critérios mínimos são: a) Se enquadrar como agricultor familiar segundo a Lei Nº 11.326/2006; b) Análise da capacidade de quitação realizada através de simulação.

Para todos os agricultores elegíveis ao crédito é solicitada assinatura de termo de compromisso, a ser anexado ao contrato de empréstimo e composto pelos seguintes itens: i) Preservação de áreas de proteção permanente conforme Lei 12.651/2012; ii) Frequência regular de crianças, adolescentes e jovens à escola; iii) Respeito ao bem-estar de animais domésticos; iv) Não utilização de mão de obra infantil e análoga ao trabalho escravo; e v) Não realização de caça predatória. Aos agricultores agroecológicos, é solicitado também o Certificado Orgânico. Ainda nesta etapa, no caso de projetos de agroecologia é solicitado o plano de manejo da propriedade, um pré-requisito da certificação orgânica. A meta da organização para a presente emissão é selecionar ao menos 50% de beneficiários com produções agroecológicas, os demais serão apoiados na transição para agroecologia. No caso de agricultores convencionais é requerido o Cadastro Ambiental Rural. Para os agricultores que não tenham o CAR, estes são apoiados a obtê-lo ao longo do período do crédito. Contudo, Tabôa não informou a porcentagem de beneficiários que possuem CAR ativo.

3. Aprovação do crédito: O Comitê de Crédito da Tabôa aprova os projetos de crédito dos agricultores familiares, baseado na avaliação do agente de crédito;

4. Contrato e desembolso: Os agentes de crédito da Tabôa preparam o contrato (CPR-F), coletam os documentos e registram o contrato no sistema. Os agricultores recebem os boletos do Grupo Gaia pela Tabôa;

5. Acompanhamento: Após a concessão do crédito, as visitas técnicas têm a finalidade de apoiar o agricultor nos desafios da produção. Essa assessoria utiliza a metodologia de formação participativa, incluindo oficinas, capacitações e dias de campo com objetivo de promover a troca de experiências entre agricultores. Durante essas oficinas os agricultores são orientados a utilizar técnicas agroecológicas e de baixo custo, pautadas na sustentabilidade. Além disso, os agentes de crédito da Tabôa verificam o uso dos recursos e o cumprimento dos compromissos socioambientais. Se os agricultores não cumprirem os compromissos, o Comitê de Crédito da Tabôa poderá negar novos créditos aos produtores.

A Tabôa possui iniciativas e projetos que foram financiados com recursos provenientes de suas próprias captações, e esses projetos podem ser considerados para integrar seu portfólio de iniciativas sustentáveis e serem objeto de financiamento futuro, desde que cumpram os critérios de elegibilidade e avaliação estabelecidos. Além disso, novos projetos de crédito que satisfaçam os requisitos de elegibilidade podem ser incorporados à carteira de projetos de títulos sustentáveis. Os critérios de elegibilidade e exclusão podem ser vistos através da Tabela 5.

Critérios de elegibilidade
Beneficiário deve ser agricultor familiar, baseado no perfil definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e ter a agricultura como a atividade principal de renda familiar
O principal manejo deve ser a cacauicultura
A mão de obra deve ser predominantemente familiar
O uso dos recursos deve se enquadrar em alguma categoria elegível
O agricultor deve apresentar capacidade pagamento ou que uso recurso permita que ele venha a ter capacidade de pagamento
Critérios de exclusão
Operações que sejam exclusivamente de substituição de dívida
Projetos com primeiro desembolso anterior a 48 meses antes de uma emissão

Tabela 5: Critérios de elegibilidade e exclusão de projetos.

Fonte: Framework CRA Sustentável do Cacau da Tabôa.

1.2.4 Gestão de impactos adversos

Os projetos considerados elegíveis ao CRA Sustentável podem enfrentar uma série de riscos ambientais e sociais que têm o potencial de afetar substancialmente a situação financeira e os resultados operacionais dos agricultores envolvidos. Para enfrentar esse desafio, a Tabôa estabeleceu um procedimento destinado a identificar, gerenciar e mitigar quaisquer riscos que possam afetar os produtores selecionados. Os principais riscos e as estratégias de mitigação estão apresentados na Tabela 6.

Riscos	Estratégia de mitigação
<u>Condições meteorológicas e climáticas:</u> secas, inundações, granizo ou temperaturas extremamente altas ou frias e alterações climáticas extremas podem ocasionar mudanças bruscas nos ciclos produtivos de agrícola	<u>Diversificação de culturas:</u> os agricultores são orientados a diversificar suas produções para não haver concentração de riscos da cultura do cacau, incluindo culturas de ciclos mais curtos, como fruticultura e hortaliças. <u>Preservação da mata ciliar para reduzir risco de seca:</u> Os agricultores são incentivados e apoiados a adotar técnicas de manejo agrícolas que promovam a resistência e resiliência dos cultivos.
<u>Fungos e Vetores:</u> vassoura de bruxa e podridão parda	Acompanhamento técnico com orientação para o manejo da cabruca, de forma a reduzir as condições de disseminação dos fungos: raleamento de sombras, limpeza da área e poda e nutrição das plantas.
<u>Sazonalidade dos negócios dos devedores</u>	<u>Diversificação de culturas:</u> os agricultores são orientados a diversificar suas produções para não haver concentração de riscos da cultura do cacau. Além disso, os produtores são incentivados a realizar o beneficiamento do cacau para produção de cacau fino, de forma a garantir preço premium.
<u>Envelhecimento do campo</u>	Incentivar engajamento dos jovens, por meio do uso de equipamentos (motopoda, roçadeira, atomizadores e sistemas de irrigação), e através de capacitações em agroecologia, agregação de valor por meio de beneficiamento de produtos e comercialização, implantação de viveiros, SAFs.
<u>Contingências trabalhistas e previdenciárias</u> perante terceiros por eles contratados	Agricultores serão orientados a respeitar a legislação trabalhista nas contratações.
Incerteza quanto à extensão da interpretação sobre os conceitos de <u>caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão</u>	Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, necessidade de comprovação por meio de avaliação minuciosa sobre exclusão de responsabilidade.

Tabela 6: Estratégia de gestão de impactos adversos.

Fonte: Framework CRA Sustentável do Cacau da Tabôa.

Outro risco associado à concessão de crédito é o risco de inadimplência. De acordo com a Tabôa, o primeiro CRA, em 2020, apresentou uma taxa de 0,48% de inadimplência. O risco é mitigado através da metodologia de desenvolvimento das propostas de crédito personalizadas e compatíveis com a capacidade de pagamento de cada agricultor, com empréstimos de, em média, R\$ 7 mil. Existe ainda a possibilidade da garantia através de grupos solidários, onde de 3 a 10 pessoas, tomadoras de crédito são corresponsáveis pelo valor total do crédito concedido, onde o pagamento do empréstimo ocorre por boleto único.

Além disso, outra forma comprovada de redução da inadimplência é o acompanhamento técnico, que auxilia na verificação do uso do crédito, possibilitando a sinalização de uma possível ocorrência de desvio de finalidade. O acompanhamento técnico é realizado mensalmente e tem início entre 30 e 60 dias após a liberação do recurso, ocorrendo, ainda, uma visita de verificação e orientação de uso de recursos pelo agente de crédito da Tabôa a cada 3 meses.

Por fim, em caso de inadimplência ou não cumprimento das condições estabelecidas, não há renovação do crédito. Estas ações contribuem para impedir um possível excesso de endividamento dos produtores ruais e familiares.

1.2.5 Atendimento aos critérios setoriais de taxonomias internacionais

Conforme mencionado anteriormente, as atividades financiadas pela Tabôa possuem alinhamento frente ao critério de Agricultura do Climate Bonds Standard e Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia com enquadramento nas subcategorias (i) Produção de Culturas Perenes e Não Perenes; e (ii) Produção Agroflorestal através de conversão de terras degradadas para produção agrícola ou manutenção de práticas agrícolas favoráveis ao clima. Os critérios são subdivididos em ações de mitigação de emissões de GEE por boas práticas de produção agrícola, bem como ações de promoção da adaptação e resiliência climática. Como descrito a seguir, a Tabôa não atende integralmente os critérios de elegibilidade setoriais.

Critério Adaptação e Resiliência Climática: Segundo esse critério, deve ser demonstrado que foi realizada uma avaliação dos riscos climáticos físicos aos quais a produção estará exposta e vulnerável ao longo de sua operação, demonstrando também as medidas para tratar os riscos e mitigá-los, além de garantir que a produção não prejudique a resiliência do sistema onde opera. A Tabôa utiliza como ferramenta de análise de risco climático o painel de indicação de riscos disponibilizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), porém, a empresa não realiza um monitoramento específico para riscos climáticos. Por outro lado, o acompanhamento técnico rural continuado (ATER) acompanha a produção agrícola da propriedade apresentando frequentemente recomendações técnicas diante de ameaças diversas e práticas agrícolas sustentáveis e conservacionistas. Por meio do ATER, os agricultores são incentivados e apoiados implantar ou aperfeiçoar práticas de agricultura regenerativa e a realizar a transição agroecológica e a rotação de culturas. Tais iniciativas aumentam a resistência e a resiliência dos sistemas agrícolas aos riscos climáticos.

Critério Resiliência Climática e Boas Práticas na Produção Agrícola: Segundo esse critério, é exigido que (i) não tenha ocorrido a conversão de vegetação nativa desde 2010; (ii) que não tenha ocorrido a conversão de vegetação lenhosa maior de 3 metros após 2020; e (iii) que o manejo agrícola siga práticas sustentáveis e de baixo carbono. Nesse contexto, a Tabôa destacou que o agricultor é orientado pelo agente de crédito e pelo extensionista a cumprir a legislação ambiental, contudo, não há um processo implantado no projeto que permita assegurar que não houve conversão de vegetação nas áreas de plantio dos agricultores. Por outro lado, o termo de compromisso anexo ao contrato de empréstimo, assim como a Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR), condicionam o benefício do crédito ao atendimento aos requisitos legais pertinentes. Adicionalmente, os produtores que possuem certificação orgânica ou que estão em transição são auditados periodicamente por profissionais especializados, para assim assegurar o cumprimento às rígidas condições exigidas pela certificação de produção orgânica, as quais incluem normas de desempenho sociais e compromissos ambientais.

A Tabôa assegura o manejo agrícola sustentável e as práticas de baixo carbono através do acompanhamento técnico rural continuado (ATER), que incentiva e apoia a adoção de práticas agroecológicas e regenerativas. Como exemplos dessas práticas destacam-se a implantação de SAFs, o plantio direto, replantio, consórcio de culturas, compostagem dos resíduos agropecuários para adubação orgânica, uso de bioinsumos, o controle alternativo de pragas, a remineralização e revitalização do solo para o equilíbrio biológico através da adubação com biocalda, raleamento de sombras, poda de condução das plantas adultas e adensamento da área aumentando o número de plantas por hectare, dentre outras.

1.2.6 Nível de alinhamento com as melhores práticas



De acordo com as características das práticas de gestão socioambiental adotadas pela Tabôa, seus objetivos organizacionais de negócio, bem como o detalhamento do processo de acompanhamento técnico realizado nos projetos elegíveis apresentado acima, foi possível avaliar o enquadramento da operação. Na opinião da WayCarbon, os procedimentos de gestão estão alinhados aos Green/Social Bond Principle 2. No entanto, os ativos e projetos elegíveis não atendem integralmente os critérios de elegibilidade do critério setorial de agricultura das principais taxonomias e padrões para classificação de atividades econômicas sustentáveis, desse modo, o nível de alinhamento com este princípio foi definido como **Moderado**.

1.3 GESTÃO DOS RECURSOS

O componente Gestão de Recursos tem por objetivo a avaliação dos procedimentos adotados para gerenciamento dos recursos captados desde o início da operação até sua alocação total nos projetos. Os principais documentos analisados nesta subseção são os relacionados à operação, nesse caso o Termo de Securitização do CRA. Adicionalmente, são consideradas informações e evidências obtidas em entrevistas com representantes da devedora.

1.3.1 Características da Emissão

A presente emissão se caracteriza como um Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) estruturado em três séries. Os recebíveis foram cedidos pela Tabôa e são provenientes de contratos de financiamento celebrados exclusivamente com produtores rurais que desenvolvem projetos de agricultura sustentável.

O CRA é título de dívida de emissão exclusiva de securitizadoras, lastreado em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros (LAB, 2020). A securitizadora responsável pela emissão é a Gaia Impacto Securitizadora, em parceria com a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário.

A emissão tem como lastro Contratos de Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F) estabelecido entre a Tabôa e os agricultores. Esse documento é um título que representa um compromisso futuro relacionado a um produto agropecuário específico, neste caso, a produção de cacau.

O valor total da operação, na data da emissão, é equivalente a R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), onde até R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) são destinados à Série Sênior, até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) correspondem à Série Mezanino e até R\$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais) direcionado para a Série Subordinada, conforme definido no termo de securitização. Esse montante tem como uso determinado a compra de direitos creditórios, que por sua vez são lastreados nos contratos de financiamento de produtores com a Tabôa vinculados aos projetos sustentáveis elegíveis. Tal configuração reduz o risco da operação para os investidores, uma vez que a série júnior seria a primeira a ser acionada em caso de perdas.

Segundo a Tabôa e a Gaia, a subscrição ou aquisição dos valores mobiliários objeto da oferta de distribuição deve ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de divulgação do anúncio de início de distribuição, atendendo o estabelecido na resolução 160 da CVM. Ou seja, os recursos serão alocados em até 6 meses após a captação, prazo menor que o vencimento da dívida (5 anos), com datas de vencimento em um prazo de 36, 42 e 54 meses após a liquidação do CRA para as Séries Sênior, Mezanino e Subordinada, respectivamente.

1.3.2 Procedimentos para gestão de recursos

Conforme informado pela Gaia, o CRA conta com uma conta separada denominada “Patrimônio Separado” onde os recursos captados são segregados e não se confundem com o patrimônio comum da emissora e se destina exclusivamente à liquidação dos CRA da 1ª, 2ª e 3ª séries da presente emissão. A gestão de todos os projetos será realizada por meio do sistema ERP Partner Microcrédito SIP/Web, que possibilita o acompanhamento da carteira global de projetos e sua segmentação por categoria elegível. Todas as iniciativas serão rastreadas pelo sistema, o qual está sob a supervisão do gerente de crédito da Tabôa.

O Grupo Gaia fornecerá regularmente informações sobre o status de pagamento dos boletos à Tabôa, que registrará esses dados para fins de controle interno dos empréstimos concedidos. Além disso, o Grupo Gaia também terá a responsabilidade de enviar mensalmente aos investidores um relatório financeiro que inclui o balanço dos recursos utilizados e indicadores de qualidade da carteira, que englobam a inadimplência, o valor presente e o fluxo futuro, bem como a carteira renegociada.

A supervisão dos indicadores socioambientais descritos neste documento será conduzida pelos agentes de crédito e pelos agentes de acompanhamento rural, cujos resultados serão divulgados por meio de relatórios anuais, conforme detalhado na seção de Relato deste documento.

De acordo com o termo de securitização, não existe uma situação específica que antecipe o vencimento dos CRA. Porém, se houver algum descumprimento das obrigações da Emissão, os Titulares de CRA podem se reunir em assembleia, antecipar o vencimento dos CRA e iniciar a liquidação do Patrimônio Separado, ou ainda, exercer a Opção de Recompra de Créditos do Agronegócio. Esse fato atenua o risco de desvio da finalidade do CRA Sustentável. O fluxo de gestão de recursos, segundo a Tabôa, segue a lógica a seguir:

- i. Os agentes de crédito da Tabôa elaboram o projeto de crédito, conforme descrito na etapa “1.2 PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS”, e, uma vez aprovado pelo Comitê de Crédito, coletam as documentações e inserem as informações no ERP Partner Microcrédito SIP/Web, por meio do qual é gerada a CPR-F. Os agentes de crédito coletam, então, as assinaturas dos agricultores e avalistas;
- ii. As informações da CPR-F são enviadas para geração dos boletos de pagamento, que são enviados para a Tabôa que os direciona aos produtores, para que estes efetuem os pagamentos diretamente ao Grupo Gaia;
- iii. A Gaia Securitizadora emite o pagamento aos agricultores por transferência bancária;
- iv. Grupo Gaia realiza o monitoramento dos indicadores de qualidade da carteira e os reporta aos investidores mensalmente.

1.3.3 Recursos temporariamente não alocados

Segundo informado pela Gaia, as liquidações dos CRA irão ocorrer conforme a formalização dos lastros (CPR-F) e enquanto não utilizados para a aquisição de novos recebíveis, os recursos decorrentes da revolvência dos direitos creditórios somente podem ser utilizados para aplicação em títulos públicos federais, operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais ou em cotas de fundos de investimento classificados nas categorias “Renda Fixa – Curto Prazo” ou “Renda Fixa – Simples”, nos termos da regulamentação específica. Cabe ressaltar que esses instrumentos representam baixo risco de contaminação em atividades carbono intensivas.

1.3.4 Nível de alinhamento com as melhores práticas

De acordo com as características das práticas de tesouraria adotadas pela Tabôa e a Gaia para o CRA Sustentável, bem como as descrições de transparência apresentadas anteriormente, foi possível avaliar o enquadramento da operação frente ao princípio de Gestão de Recursos. Na opinião da WayCarbon, os procedimentos de gestão dos recursos captados com o CRA Sustentável estão alinhados aos Green/Social Bond Principle 3. No entanto, segundo relatado, os recursos captados não apresentam mecanismos de vencimento ou resgate antecipado automático em caso de descumprimento do objeto da captação. Desse modo, o nível de alinhamento com o GBP3 foi definido como **Moderado**.

1.4 RELATO

A Tabôa se compromete a divulgar relatórios anuais contendo informações referentes ao acompanhamento das ações e projetos, com evidências dos resultados e impactos socioambientais gerados. Isso será feito através do acompanhamento dos indicadores apresentados, cujo monitoramento e a avaliação serão feitos diretamente pela Tabôa, a partir de informações coletadas junto aos agricultores que acessarem a linha de crédito. Estes serão responsáveis por fornecer dados à instituição, em alinhamento com a frequência prevista em contrato de empréstimo. Para verificação dos impactos, serão avaliadas as ações e projetos antes e depois do financiamento, com o intervalo de um ano após a concessão do crédito.

Com o objetivo de demonstrar a relevância da emissão do CRA como estratégia de construção de sustentabilidade no contexto da agricultura familiar, gerando impactos positivos na Amazônia e na Mata Atlântica, os relatórios anuais também irão compartilhar histórias locais sobre o uso de recursos e os impactos gerados.

Os relatórios anuais apresentarão detalhamento sobre o uso dos recursos, créditos concedidos e públicos beneficiados, indicando em quais ações e projetos os recursos captados foram alocados, relacionando-os às categorias verde e sociais descritas na tabela abaixo. Os relatórios estarão disponíveis no site da Tabôa.

Indicadores financeiros da carteira sustentável elegível		
Tipo	Indicador	Metodologia de cálculo
Financeiro	Número de beneficiários diretos	Número de beneficiários
	Taxa de inadimplência	% de atrasos entre 30 e 180 dias sobre a carteira ativa
	Volume médio dos créditos concedidos (R\$)	Montante desembolsado (R\$) / Número de beneficiários
	Desembolso por categoria de projeto elegível (R\$)	Montante desembolsado por categoria de projeto (R\$)
	Montante de fundos ainda não alocados (R\$)	Montante não desembolsado
	Parte dedicada a refinanciamento (%)	Montante desembolsado para refinanciamento / montante total desembolsado

Indicadores das categorias verdes elegíveis

1. Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra - Agricultura Agroecológica ou Orgânica e Sistemas Agroflorestais (SAFs)

Tipo	Indicador	Metodologia de cálculo
Resultado	Área de produção certificada (ha) apoiada com crédito	Hectares de área produtiva certificada (agricultura, pecuária, e/ou produtos florestais)
	Uso de práticas de adubação e manejo sustentáveis da produção (Sim ou Não)	Nº de agricultores utilizando práticas sustentáveis de adubação e manejo da produção
	Disseminação de práticas de manejo agroecológico	Nº de agricultores que receberam assistência técnica
	Aumento médio % anual da produtividade de cacau	Media [$@$ de cacau produzidas no ano 1 pelo agricultor 1 / hectare) / $@$ de cacau produzidas no ano 0 pelo agricultor 1/hectare]] -1; ... $@$ de cacau produzidas no ano 1 pelo agricultor n / hectare)/ $@$ de cacau produzidas no ano 0 pelo agricultor n/hectare]] -1;
	Área de manejo sustentável apoiado com crédito e ATER	Hectares de produção sustentável apoiada com crédito
Impacto	Área enriquecida ou reflorestada (ha)	Hectares de vegetação, enriquecidos ou reflorestados
	Área de solo degradada restaurada através do SAF	Hectares ou % da área de solo degradada restaurada

Indicadores das Categorias sociais elegíveis

2. Empoderamento socioeconômico – agricultura familiar incluindo assentados, quilombolas, mulheres e jovens

Tipo	Indicador	Metodologia de cálculo
Resultado	Número de propriedades de AF financiadas lideradas por mulheres	Número de propriedades de AF que tem mulheres como tomadoras de crédito
	Participação feminina no volume de crédito concedido (% do volume concedido a mulheres)	Volume de crédito total na categoria / Volume total
	Número de assentados financiados	Número de assentados que acessaram crédito
	Participação de assentados no volume de crédito concedido (% do volume concedido a assentados)	Volume de crédito total na categoria / Volume total
Impacto	Aumento médio da renda das propriedades de agricultura familiar lideradas por mulheres (% de aumento médio)	Média [(Renda no ano 1 agricultor 1/ renda no ano 0 agricultor 1) -1; ... (Renda no ano 1 agricultor n/ renda no ano 0 agricultor n) -1)]
	Aumento da renda das propriedades de agricultura familiar lideradas por assentados	Média [(Renda no ano 1 agricultor 1/ renda no ano 0 agricultor 1) -1; ... (Renda no ano 1 agricultor n/ renda no ano 0 agricultor n) -1)]

3. Segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis		
Tipo	Indicador	Metodologia de cálculo
Resultado	Número de pessoas beneficiadas com o projeto	Número de pessoas na família dos tomadores de crédito
	Volume de alimentos produzidos	Toneladas produzidas
Impacto	Volume de alimentos sustentáveis comercializados pelos projetos	Toneladas comercializadas
	Diversificação de culturas	Número de tipos diferentes de produtos financiados com crédito

Tabela 7: Indicadores financeiros, de resultado e de impacto dos títulos sustentáveis

Fonte: Framework CRA Sustentável, 2023.

Este parecer de segunda opinião (SPO) e todos os compromissos formais descritos serão disponibilizados na íntegra no site da Tabôa e ao agente fiduciário da operação. Ressalta-se ainda que estes compromissos serão objeto de uma avaliação externa e independente em até 12 meses após a captação.

De acordo com as características das práticas de relatoria definidas para o CRA Sustentável, bem como as descrições de transparência apresentadas acima, foi possível avaliar o enquadramento da operação frente ao princípio de Relato. Na opinião da WayCarbon, os compromissos de relato do CRA estão alinhados aos Green/Social Bond Principle 4, não sendo encontrados Gaps em relação às boas práticas para esse tipo de operação. Desse modo, o nível de alinhamento com o princípio Relato foi definido como **Elevado**.

2 PERFORMANCE ASG DA TABÔA

Esta seção conta com uma análise das práticas ASG e nível de maturidade da organização, além de ser realizada uma pesquisa reputacional sobre possíveis ações controversas que podem impactar negativamente a imagem da Tabôa. São considerados aspectos sociais, ambientais e de governança para concluir se a companhia possui capacidade interna para mitigar possíveis impactos adversos.

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Tabôa Fortalecimento Comunitário, fundada em 2014 como uma entidade sem fins lucrativos, se trata de uma associação que tem como principal objetivo o fortalecimento das comunidades por meio do acesso a conhecimentos, recursos financeiros e incentivo à cooperação. A partir de 2017, expandiu sua atuação para incluir comunidades situadas nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré. Atualmente, suas iniciativas beneficiam 28 municípios na Bahia, abrangendo as regiões do Litoral Sul, Irecê e Médio Rio de Contas, desempenhando um papel fundamental ao apoiar iniciativas de base comunitária, empreendimentos produtivos e socioeconômicos, valorizando as culturas e habilidades locais.

Seu foco reside na promoção do desenvolvimento sustentável, e para alcançar esse objetivo, a organização opera por meio de dois programas interligados que abordam tanto os aspectos econômicos quanto os socioculturais.

- **Programa de Desenvolvimento Rural:** Este programa tem como objetivo fortalecer pequenos produtores e negócios que estão em transição para a sustentabilidade. Suas metas incluem a criação e manutenção de empregos, o estímulo a circuitos de colaboração, o aprimoramento da qualificação técnica e a preservação da biodiversidade local. Suas atividades e serviços englobam o acesso a crédito e assistência técnica, o desenvolvimento de habilidades, a disseminação de conhecimento, o apoio à formalização e a coordenação de pequenos produtores. O programa se organiza em quatro áreas temáticas: agroecologia, cadeia produtiva, restauração florestal e meliponicultura.
- **Programa de Desenvolvimento Territorial de Serra Grande e entorno:** Esse programa é implementado por meio de investimentos em ações que visam o desenvolvimento de organizações, coletivos e lideranças, bem como o fortalecimento econômico do território. É dada uma atenção especial às comunidades tradicionais, jovens e à promoção da equidade de gênero. O objetivo é promover relações comunitárias mais colaborativas e aprimorar as capacidades das pessoas, contribuindo para fortalecer o protagonismo da sociedade civil na gestão do território. Isso é alcançado por meio do apoio a projetos socioambientais, programas de capacitação, consultorias e assessorias, além do suporte à formalização e à criação de espaços para a articulação interinstitucional.

A Tabôa tem conquistado reconhecimento em nível nacional devido à sua destacada atuação. A organização recebeu o Prêmio Melhores ONGs nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2022, um reconhecimento concedido pelo Instituto Doar às 100 melhores organizações do terceiro setor no Brasil. Esse reconhecimento é baseado em critérios que englobam boas práticas relacionadas à governança, transparência, comunicação e financiamento.

Além disso, em 2020, a Tabôa foi qualificada pelo Ministério da Justiça como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Desde 2016, a organização passa por auditorias externas anuais, e todos os relatórios emitidos por auditores independentes não apresentaram ressalvas, o que comprova que suas demonstrações contábeis, desempenho operacional e fluxos de caixa estão em conformidade com as práticas contábeis brasileiras.

A eficácia da atuação institucional da Tabôa foi confirmada por meio de Avaliações Externas de Resultados, que demonstraram o sucesso em alcançar seus objetivos e a relevância das estratégias implementadas para gerar impactos positivos nas áreas de atuação. Esses esforços e reconhecimentos também se traduziram em um aumento no número de apoiadores e parceiros institucionais, bem como na expansão dos territórios de atuação ao longo dos últimos anos.

A Assembleia Geral e o Conselho de Administração da Tabôa são compostos por membros da comunidade e dos investidores. Atualmente a Tabôa é presidida por Fernando Rossetti e Maria Regina Santos é a vice-presidente.

A Tabôa possui também um Comitê Comunitário, composto por lideranças locais, que apoia a organização na elaboração e decisão dos investimentos socioambientais. Ele é composto por indicações dos conselheiros e de lideranças comunitárias, que se destacam em diferentes áreas de atuação, regiões e idades. Entre suas funções estão: apoiar a equipe na elaboração da chamada de projetos, estudar e assistir as apresentações orais dos projetos e analisar e selecionar os projetos.

Há também um Conselho Assessor que acompanha o trabalho desenvolvido apoiando-o em assuntos pontuais. O Comitê foi formado por especialistas com experiências complementares. Este elaborou o plano inicial da Tabôa com apoio da Turbo – Aceleradora em 2014 e, em abril de 2015, participou do lançamento da iniciativa.

Com o compromisso e responsabilidade organizacional, a Tabôa possui um Código de Conduta que tem como principal escopo a construção da confiança com todas e todos os colaboradores, parceiros, apoiadores, comunidades, entidades privadas, públicas e governamentais. Este compromisso é expresso primeiramente pelo Estatuto e reiterado pelo Código de Conduta, que é pensado, estruturado e revisado sistematicamente em torno das normas que refletem sua cultura, missão e valores, e tem por objetivo perpetrar uma cultura de integridade, sustentabilidade, honestidade, transparência e política de boas condutas em âmbito interno.

Em relação aos parceiros, segundo o Artigo 2º f. do Código de Conduta da Tabôa, são proibidas quaisquer práticas de solicitação ou oferecimento de pagamento ou outros benefícios aos Agentes do Governo, parceiros ou qualquer outra pessoa, a fim de agilizar e garantir qualquer ação ou prestação de serviço. Além disso, todos estes devem seguir as orientações gerais do Código de Conduta da Tabôa.

2.2 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Desde 2018, a Tabôa integra a Muká Plataforma Agroecológica, pensada e implementada de forma colaborativa com a Rede de Agroecologia Povos da Mata e o Instituto Ibi de Agroecologia. Em 2020, lançou, em parceria com o Instituto Arapyaú, Instituto Humanize e o Grupo Gaia, o primeiro CRA Sustentável na Mata Atlântica, beneficiando cerca de 150 agricultores familiares com acesso a crédito, com recursos captados por meio de fundo de investimento no formato blended finance.

2.3 MEIO AMBIENTE

A Tabôa contribui para o desenvolvimento rural por meio do acesso ao crédito, assistências técnicas, aperfeiçoamento de capacidades, disseminação de conhecimentos úteis e do apoio à formalização e articulação de pequenos produtores. Nesse sentido, seu impacto ambiental mais material está voltado para os projetos que são fomentados e incentivados. Os impactos ambientais relacionados às atividades financiadas pela Tabôa tratam do uso da terra e de recursos naturais, redução da perda de biodiversidade e desmatamento, bem como redução dos impactos dos riscos físicos provenientes da mudança do clima.

As linhas de atuação e política de crédito da Tabôa direcionam seus investimentos para projetos que possuem impacto ambiental positivo na região, e estão adequadas às necessidades e potencialidades locais. No processo de análise do crédito e desembolso é realizada uma avaliação socioeconômica das propostas e projetos, visando selecionar aqueles alinhados à atuação da instituição. Dessa forma, a instituição mitiga o risco de financiamento de atividades que possuam impactos ambientalmente negativos. Segundo a Avaliação Externa de Impacto realizada pela Comea Avaliações, as atividades e negócios apoiados pela Tabôa não geram prejuízo ambiental, e não tem potencial de gerar prejuízos no longo prazo.

A agricultura, principalmente a produção de cacau, enfrenta considerável exposição aos efeitos das mudanças climáticas, devido ao seu impacto significativo no uso da terra. Isso está diretamente relacionado às emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à gestão dos recursos hídricos e dos resíduos. No ano de 2020, por exemplo, a mudança no uso da terra foi responsável por aproximadamente 38% das emissões totais de GEE no Brasil. Além disso, a produção de cacau é caracterizada por potenciais riscos socioambientais em sua área de influência. Esses impactos abrem oportunidades para o setor, como a busca por maior eficiência na redução da intensidade de carbono e uso de água, bem como na minimização dos impactos gerados pelos resíduos.

2.3.1 Emissões Atmosféricas e Gases do Efeito Estufa (GEE)

Em 2017, a Tabôa firmou parceria com o Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria de Meio Ambiente, passando a administrar recursos de Termos de Ajuste de Conduta (TAC) nos municípios de Ilhéus, Itacaré, Uruçuca e Itabuna. Desde então, por meio do Proambiente Bahia, nome dado à iniciativa em parceria, foi captado R\$ 1,6 milhão. Deste montante, R\$1,2 milhão foi investido em 29 projetos, validados pelo Ministério Público com foco na consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático.

Em 2022, foi estruturado o plano de investimento em restauração ambiental em conjunto com o MP e assinado o termo de cooperação entre as duas instituições, que orientará as ações em parceria nos próximos anos. Dos projetos apoiados com recursos de TACs em 2022, um foi concluído, três estão em continuidade e um novo projeto foi iniciado, totalizando a execução de R\$ 231 mil.

Um dos projetos trata da elaboração do Inventário de emissão de gases de efeito estufa do estado da Bahia, em apoio à Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) e ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade em consonância com os ODS 13 (ação contra a mudança global do clima) e 17 (parcerias e meios de implementação). Foi mapeado o perfil completo de emissões de GEE do estado nos anos de 2017 a 2019, tendo como base dados dos setores de energia, agropecuária, floresta e outros usos da terra, processos industriais, dentre outros, integrando as medidas para a implementação da Política sobre Mudanças Climáticas do Estado da Bahia (Lei Estadual 12.050/2011), instrumento essencial para fortalecer as estratégias de redução nas emissões e dos efeitos das mudanças climáticas.

Ademais, a instituição pode expandir o monitoramento de indicadores ambientais como o consumo de recursos hídricos, energia, geração de resíduos e investigação sobre desmatamento de áreas nos projetos financiados.

2.4 SOCIAL

No campo social, a Tabôa promove uma variedade de projetos e iniciativas que apoiam pequenos produtores na geração de renda de maneira sustentável e na construção e fortalecimento de redes de colaboração. Um exemplo notável é o apoio prestado aos agricultores familiares que seguem práticas agroecológicas, desde o planejamento do plantio. Esse apoio é dividido em quatro eixos de trabalho: Produção, Beneficiamento, Comercialização e Crédito.

Além disso, a Tabôa também está envolvida em projetos que capacitam agricultores da região no manejo e na criação de meliponários, bem como no beneficiamento e na comercialização do mel. Essas iniciativas visam aprimorar as habilidades dos agricultores e proporcionar oportunidades econômicas sustentáveis.

Assim como no âmbito ambiental, o impacto social material da Tabôa está principalmente relacionado aos projetos incentivados e apoiados por meio de contratos de financiamento. Nesse contexto, os impactos mais significativos estão ligados à promoção de práticas de direitos humanos, ao fortalecimento das relações com a comunidade local e ao respeito pelos povos indígenas. A Tabôa busca ativamente gerenciar esses aspectos e contribuir positivamente para o desenvolvimento social das regiões em que atua.

2.4.1 Relação com as Comunidades

A Tabôa possui relacionamento contínuo e atua com objetivo de proporcionar impacto em comunidades tradicionais, especificamente empoderamento socioeconômico na agricultura familiar, com inclusão de mulheres, jovens, assentados e quilombolas. Em números gerais a produção de cacau, carro-chefe da região contemplada pela Tabôa, ao ser incrementada com o crédito, aliado ao acompanhamento técnico, permitiu o aumento médio de renda na seguinte escala: 43,9% em propriedades de agricultura familiar lideradas por mulheres; 42,9% em propriedades da

agricultura familiar lideradas por assentados; e 38,9% em pequenas propriedades de agricultores. De acordo com o monitoramento do CRA Sustentável, 33,2% do total foi concedido a 67 mulheres. Além disso, 74,8% dos créditos foram utilizados para o fortalecimento de assentamentos, alcançando 157 agricultores.

Com relação ao desenvolvimento de organizações, coletivos e lideranças comunitárias, a Tabôa realiza e fomenta a realização de projetos que, por meio do fortalecimento comunitário e de capacidades institucionais, visam dar autonomia às associações apoiadas, bem como potencializar a proeminência sociopolítica e a capacidade de transformação desse público. A Tabôa, por exemplo, promoveu a formação de uma rede de lideranças comunitárias para o enfrentamento da violência contra a mulher no município de Uruçuca.

A Política de Proteção de Crianças, Adolescentes e Pessoas Adultas em condição de Vulnerabilidade desenvolvida pela Tabôa para seus colaboradores e parceiros tem aplicação obrigatória em todas as suas esferas de atuação e atividades institucionais. No documento é mencionado que a Tabôa reconhece a complexidade das questões relacionadas a pessoas e populações em situação vulnerável. Essas questões envolvem uma série de variáveis interligadas, exigindo abordagens cuidadosas que incluam processos de escuta atenta para análise, coordenação e envolvimento de toda a organização. O objetivo é estabelecer uma rede de proteção eficaz e abrangente para lidar com esses desafios de maneira eficiente e sensível às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.4.2 Relação com os Trabalhadores

Com relação às suas práticas sociais e trabalhistas, a Tabôa promove ações de flexibilidade de horários de trabalho para seus funcionários, com controle de horas de trabalho e pagamento de horas extras. A Tabôa possui atualmente 25 funcionários, sendo 12 funcionários diretos e 13 terceirizados, sendo que todos os funcionários diretos possuem benefícios como plano de saúde e ticket alimentação.

A instituição não possui ações judiciais, reclamações ou protestos de funcionários, assim como também não possui penalidades por descumprimento de legislação trabalhista. A Tabôa informou que cumpre os requisitos da legislação previdenciária e que está em conformidade com o INSS para todos os funcionários no regime CLT. No que diz respeito à liberdade sindical, a organização não possui controvérsias relacionadas ao tema e seus funcionários estão cobertos por acordos coletivos.

Com relação à gestão de pessoas, a Tabôa informou que há um plano de carreira e um sistema de avaliação de desempenho de seus colaboradores. Ademais, são realizadas rodadas de feedback para capturar a satisfação de seus colaboradores. No entanto, não há monitoramento formalizado de indicadores relacionados a esse aspecto. Além disso, está em andamento o programa piloto para promover qualidade de vida do trabalhador “Cuidando de Quem Cuida”.

A organização não possui uma política formalizada de diversidade e não discriminação, apesar de haver uma priorização para contratações de colaboradores locais com 64,3% sendo baianos, 46,4% nasceram nos municípios de Uruçuca, Ilhéus ou Itabuna e 64,3% sendo residentes de Uruçuca (em Serra Grande ou na sede do município). Quanto à diversidade de gênero e raça, na equipe executiva da instituição 57,1% se identificam como mulheres e 64,2% se autodeclaram pretos e pardos.

2.4.3 Saúde e Segurança do Trabalho

Segundo a Tabôa, nenhum colaborador trabalha em funções que envolvem riscos significativos relacionados à saúde e segurança ocupacional e não há históricos de ocorrências nesse sentido. Adicionalmente, a instituição informou que realiza o monitoramento de satisfação dos beneficiados por meio de questionários que avaliam os resultados das ações de capacitação realizadas.

Por fim, foi realizada consulta ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo), que constatou que a Tabôa não esteve envolvida em casos deste tipo.

2.5 ANÁLISE DE CONTROVÉRSIAS ESG

Como parte do processo de avaliação da operação, mais especificamente sobre aspectos relacionados à análise ASG da Tabôa e consequente elaboração do Parecer de Segunda Opinião (SPO), foi realizada uma análise reputacional por meio de uma Revisão de Fatores Externos, que visa identificar, por meio de pesquisas na internet e fontes de domínio público, eventos controversos ou notícias veiculadas na mídia que possam afetar negativamente a imagem e a reputação da devedora, e consequentemente atingir de forma indireta os investidores.

As pesquisas foram realizadas utilizando termos padronizados durante a busca de referências junto ao nome da Tabôa Fortalecimento Comunitário, com recorte temporal estabelecido entre 2021 e 2023. Os critérios de exclusão foram os sites da própria empresa e duplicatas/reproduções de relatórios de agências. Em termos de riscos, são considerados riscos diretos aqueles em relatórios que atribuem explicitamente algum tipo de responsabilidade à cedente, e riscos indiretos aqueles em relatórios que contêm menções potencialmente negativas para a empresa, mas não atribuem responsabilidade direta. Dois critérios foram considerados para definir a validade da informação: se ela é baseada em percepção ou em fatos.

Com base nesses critérios, não foram identificadas ações controversas envolvendo as atividades da empresa. Isso é importante porque indica que as práticas de gestão ASG da empresa são eficazes. Assim, constatou-se que a Tabôa é capaz de mensurar e compensar riscos que, se não forem adequadamente gerenciados e mitigados, podem comprometer o desempenho ESG da empresa, aspecto que contribui para a concessão do Rótulo Sustentável.

3. MÉTODO

Para a WayCarbon, os aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) são transversais e complementares. Dessa forma, eles não podem ser separados na avaliação da gestão de ESG em qualquer organização, atividade ou transação. Nesse sentido, a WayCarbon fornece uma opinião sobre o desempenho ESG da empresa como uma organização e sobre os processos e compromissos aplicáveis à emissão. O Parecer de Segunda Opinião (SPOs) está sujeito a controle de qualidade interno em três níveis: Analista; Gerente de Projeto; e Revisor de Qualidade. Ademais, todos os nossos colaboradores são signatários do Código de Conduta da WayCarbon, e todos os consultores também assinaram seu complemento, que abrange regras de confidencialidade.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DAS DIMENSÕES DOS GREEN/SOCIAL BOND PRINCIPLES

A operação foi avaliada pela WayCarbon de acordo com os Green Bond Principles (GBP), Social Bond Principles (SBP), Sustainability Bond Guidelines (SBG) e com nossa metodologia baseada em normas internacionais e diretrizes setoriais aplicáveis em termos de gestão e avaliação de ESG. Nesse contexto, são analisados a Seleção dos projetos elegíveis, bem como a Materialidade e coerência destes com a estratégia geral de sustentabilidade do emissor e com os principais desafios de sustentabilidade do setor. A mensurabilidade e clareza das medidas de relato e ações para proporcionar transparência aos investidores também é analisada. São abordadas ainda as Características do instrumento de captação; Relatórios de Formalização e verificação do processo de relatórios e acessibilidade dos dados. A análise da WayCarbon é fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

1. Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Sustentável. Para tal, a operação é confrontada frente aos quatro componentes dos Green Bond Principles (GBP), Social Bond Principles (SBP), Sustainability Bond Guidelines (SBG);
 - **Uso dos recursos (use of proceeds):** propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos), Sustainability Bond Guidelines (SBG) e da Climate Bonds Taxonomy;
 - **Processo de seleção e avaliação de projetos (process for project evaluation and selection):** procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais e sociais gerados;
 - **Gestão dos recursos (management of proceeds):** procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Empréstimo Sustentável;
 - **Relato (reporting):** Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.

Classificação	Avaliação dos Princípios ICMA
Elevada	Comprometimento avançado, com fortes evidências de domínio sobre as questões dedicadas a atingir o objetivo de sustentabilidade da emissão. Nível razoável de gerenciamento de riscos e uso de métodos inovadores para antecipar riscos emergentes. As práticas do emissor vão além dos critérios essenciais dos Princípios para Títulos Verdes e/ou Sociais da ICMA, adotando as melhores práticas recomendadas.
Moderada	Compromisso convincente; evidência significativa e consistente de domínio sobre as questões. Nível razoável de gerenciamento de riscos. A cedente adota todas os critérios essenciais dos Princípios para Títulos Verdes e/ou Sociais da ICMA.
Marginal	O comprometimento com o objetivo de sustentabilidade foi iniciado ou parcialmente alcançado; evidência fragmentada de controle sobre as questões. Nível limitado ou fraco de gerenciamento de riscos. O emissor adota a maioria dos critérios essenciais dos Princípios para Títulos Verdes e/ou Sociais da ICMA.
Insuficiente	O compromisso com a responsabilidade social não é tangível; não há evidências de controle sobre as questões. O nível de garantia do gerenciamento de riscos é de fraco a muito fraco. O emissor adota apenas uma minoria das práticas essenciais dos Princípios para Títulos Verdes e/ou Sociais da ICMA.

2. Performance ESG da Empresa – O emissor/cedente é avaliado de acordo melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI3 e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ESG de suas atividades;
- Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
- Controvérsias em que a empresa está envolvida.

3.2 CONTROVÉRSIAS - EXTERNAL FACTOR REVIEW

Como parte do processo de avaliação da operação, mais especificamente sobre aspectos relacionados à análise ASG do mutuário e/ou emissor, e consequente elaboração do Parecer de Segunda Opinião (SPO), é realizada uma análise de reputacional por meio de uma Revisão de Fatores Externos, que visa identificar, por meio de pesquisas na internet e fontes de domínio público, eventos controversos ou notícias veiculadas na mídia que possam afetar negativamente a imagem e a reputação do emissor, e consequentemente atingir de forma indireta os investidores.

Para essa análise são utilizadas referências de materialidade e temas prioritários para o setor de atuação do mutuário e/ou emissor. A busca se realizou em materiais de associações e organizações setoriais relevantes. As buscas foram feitas utilizando os termos padronizados de referências junto ao nome do cedente e/ou emissor. O recorte temporal é estabelecido nos últimos 3 anos. Os seguintes termos foram utilizados nas buscas: “NOME DO MUTUÁRIO OU EMISSOR”, “ NOME DE EMPRESA CONTROLADORA DO MUTUÁRIO OU EMISSOR “, “NOME DE EMPRESA CONTROLADA PELO MUTUÁRIO OU EMISSOR “, “NOME DE EMPRESA CONTROLADA MUTUÁRIO OU EMISSOR” + “CORRUPÇÃO”; “ASSÉDIO”; “DISCRIMINAÇÃO”; “SAÚDE E SEGURANÇA”; “TRABALHO FORÇADO”; “PRINCÍPIO MORAL”; “INTEGRIDADE”; TRANSPARÊNCIA”; “DIREITOS HUMANOS”; “ÁGUA”; “ENERGIA”; “QUALIDADE DO AR”; “CADEIA DE SUPRIMENTOS”; “FORNECEDORES”; “PRÁTICAS TRABALHISTAS”; “IMPACTOS AMBIENTAIS”; “GEE”; “EFEITO ESTUFA”; “ MUDANÇAS CLIMÁTICAS”; “AQUECIMENTO GLOBAL”; “MORTE”.

Adicionalmente, são considerados alguns critérios de exclusão para assegurar a confiabilidade das informações encontradas. Dessa maneira, são excluídos da pesquisa e análise reputacional: Sites da própria empresa; Duplicatas/reproduções de notas de agências (e.g. Reuters).

Critérios para definição do risco (direto ou indireto): Riscos diretos constam nas reportagens que atribuem explicitamente algum tipo de responsabilidade para o Banco. Riscos indiretos são atribuídos a reportagens que trazem menções potencialmente negativas para a empresa, mas não atribuem responsabilidade direta.

Critérios para definição da validade da informação (baseada em percepção ou fatos): Reportagens baseadas em percepção trazem afirmações categóricas ou foram publicadas em blogs e artigos de opinião.

Pouco significativo: Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos stakeholders, mas não causa danos ou causa danos mínimos que não necessitam de remediação.

Significativo: Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos stakeholders, mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo.

Muito significativo: Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos stakeholders, sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.

Crítico: Descumpre a lei e afeta negativamente aos stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.

Proativa: Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.

Remediativa: A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.

Defensiva: A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.

Não-responsiva: Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

3.3 NÍVEL DE ASSEGURAÇÃO

Razoável: Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.

Limitado: Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Lucimar Moreira Guimarães. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], JUN 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ps6jVH94sKz9MT3BC37WjKs/?lang=pt#>. Acesso em: 20 out. 2023.

CLIMATE BONDS INITIATIVE. **Destravando o Potencial de Investimentos Verdes para Agricultura no Brasil**, 2020. Disponível em: https://www.climatebonds.net/files/reports/brazil_agri_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

ESTIVAL, Katianny Gomes Santana. TRAJETÓRIAS DOS ASSENTAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: ESTUDOS DE CASO SOBRE O MODO DE VIDA RURAL EM UM ASSENTAMENTO DO SUL DA BAHIA - BRASIL. **Desafio Online**, [s. l.], ABR 2016. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/1663/1160>. Acesso em: 20 out. 2023.

ESTRATÉGIA de recuperação | Sistemas Agroflorestais - SAFs. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>. Acesso em: 20 out. 2023.

FAO and IFAD. 2019. **United Nations Decade of Family Farming 2019-2028. Global Action Plan**. Rome. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca4672en/ca4672en.pdf> . Acesso em: 20 out. 2023.

Fernandes C de AF, Matsumoto SN, Fernandes VS. Carbon stock in the development of different designs of biodiverse agroforestry systems. *Rev bras eng agríc ambient* [Internet]. 2018Oct;22(10):720–5. Available from: <https://doi.org/10.1590/1807-1929/agriambi.v22n10p720-725>

Gama-Rodrigues, Emanuela & Gama-Rodrigues, Antonio & Nair, Pk. (2011). Soil Carbon Sequestration in Cacao Agroforestry Systems: A Case Study from Bahia, Brazil. 10.1007/978-94-007-1630-8_5. Acesso em: 30 out. 2023.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Estrutura e dinâmica do componente arbóreo em área de cabruca na região cacauieira do sul da Bahia, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, [s. l.], DEZ 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abb/a/KbNLfRvgfjZrbsjm7xtzzYw/>. Acesso em: 20 out. 2023.

SAMPAIO, Pedro Henrique Feliciano Dias. **Mulheres Rurais No Estado Da Bahia: O Papel Socioeconômico Da Agricultura Familiar No Enfrentamento Das Desigualdades De Gênero**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Em Ciências Econômicas) - Universidade Federal Da Bahia - Faculdade De Economia, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28222/1/TCC%20PEDRO%20SAMPAIO%20FINAL%20CORRIGIDA%20%281%2919.12.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

The Principles For Responsible Investment (PRI). **Impact Investing Market Map** [S. L.], 2018. Disponível em: <https://www.unpri.org/download?ac=5426>. Acesso em: 20 out. 2023.

WILLMER, Julian Nicholas Garcia; UZEDA, Mariella Camardelli. Sistemas agrícolas multifuncionais: análise da percepção de diferentes agricultores sobre a contribuição dos sistemas produtivos como vetor de conservação. **Manejo de Agroecossistemas e Agricultura Orgânica**, [S. l.], 12 set. 2017. VI Congresso Latino Americano de Agroecologia 2017 Brasília - DF - Brasil. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/194537/1/Sistemas-agricolas-multifuncionais.pdf> . Acesso em: 20 out. 2023.

Section 1. Basic Information

Issuer name: Tabôa Fortalecimento Comunitário securitized by Gaia Agro Securitizadora SA

Sustainability Bond ISIN or Issuer Sustainability Bond Framework Name, if applicable:

Tabôa's Sustainable Cocoa CRA Framework (Issuing Agribusiness Receivables Certificates (CRA) with a socio-environmental impact on the cocoa value chain) / Framework do CRA Sustentável do Cacau - Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com impacto socioambiental na cadeia de valor do cacau

Independent External Review provider's name: WayCarbon Soluções Ambientais

Completion date of this form: November 10th, 2023

Publication date of review publication: November 10th, 2023

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The following may be used or adapted, where appropriate, to summarize the scope of the review.

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs and the SBPs:

☒ Use of Proceeds

☒ Process for Project Evaluation and Selection

☒ Management of Proceeds

☒ Reporting

ROLE(S) OF INDEPENDENT EXTERNAL REVIEW PROVIDER

☒ Second Party Opinion

☐ Certification

☐ Verification

☐ Scoring/Rating

☐ Other (please specify):

Note: In case of multiple reviews / different providers, please provide separate forms for each review.

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW and/or LINK TO FULL REVIEW (if applicable)

WayCarbon's opinion is that the Agribusiness Receivable Certificate (CRA) operations presented by Tabôa Fortalecimento Comunitário securitized by Gaia Agro Securitizadora SA are in line with the Green Bond Principles (GBP), Social Bond Principles (SBP) and Sustainability Bond Guidelines of the International Capital Markets Association, and therefore can be characterized as sustainable, making positive contributions to environmental conservation, socioeconomic empowerment of communities and sustainable development. This conclusion is based on the evaluation of two components summarized below, the emission and the organization:

Emission:

Use of proceeds: The proceeds will be allocated in accordance with the stated principles. Projects funded through the issuance of sustainable bonds, following the criteria of the Framework for Issuing Sustainable Bonds in the Atlantic Forest, will contribute to sustainable development, providing environmental and social benefits. These eligible projects align with both the green and social categories of GBP and SBP and support SDGs 1, 2, 5, 8, 10, 11, 12, 13, and 15.

Project selection and evaluation process: The selection process for credit projects financed by Tabôa is characterized by transparency. It includes a clear evaluation process, management of indicators, and various approval levels involved in credit allocation and the development of financing contracts.

Management of Proceeds: A well-defined and transparent procedure, including clear responsibilities, ensures that the received funds are used for projects aligning with Tabôa's sustainable classification. Gaia Agro provides periodic reports to investors.

Reporting: A clear framework is in place for reporting both financial and socio-environmental indicators related to project proceeds. This information is communicated to investors and other stakeholders. Monthly reports monitor portfolio quality, while an annual report summarizes the consolidated use of funds and socio-environmental impact.

Organization - ESG Assessment: In the context of ESG (Environmental, Social, and Governance) considerations, our analysis confirms that Tabôa demonstrates strong practices in managing these aspects. The organization exhibits the capacity to identify, address, and mitigate risks associated with its operations, contributing to the sustainable quality of the CRA bond. Furthermore, our research, conducted using WayCarbon's methodology, did not uncover any environmental, social, or governance controversies related to Tabôa.

Section 3. Detailed review

Reviewers are encouraged to provide the information below to the extent possible and use the comment section to explain the scope of their review.

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): WayCarbon's assessment affirms that allocated resources will be directed toward objectives consistent with the stated principles. Projects funded through the issuance of sustainable bonds and adhering to the criteria of the Framework for Issuing Sustainable Bonds in the Atlantic Forest will actively promote sustainable development, bringing about environmental and social benefits.

These eligible projects align with both GBP and SBP categories and contribute to Sustainable Development Goals (SDGs) 1, 2, 5, 8, 10, 11, 12, 13, and 15. This comprehensive alignment qualifies the financing under the Framework for the prestigious Sustainable label.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| ☐ Renewable energy | ☐ Energy efficiency |
| ☐ Pollution prevention and control | ☒ Environmentally sustainable management of living natural resources and land use |
| ☐ Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | ☐ Clean transportation |
| ☐ Sustainable water and wastewater management | ☒ Climate change adaptation |
| ☐ Eco-efficient and/or circular economy adapted products, production technologies and processes | ☐ Green buildings |
| ☐ Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | ☐ Other (please specify): |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

Use of proceeds categories as per SBP:

- | | |
|--|--|
| ☐ Affordable basic infrastructure | ☒ Access to essential services |
| ☐ Affordable housing | ☐ Employment generation / programs designed to prevent and/or alleviate unemployment stemming from socioeconomic crisis |
| ☒ Food security and sustainable food systems | ☒ Socioeconomic advancement and empowerment |
| ☐ Unknown at issuance but currently expected to conform with SBP categories, or other eligible areas not yet stated in SBPs | ☐ Other (please specify): |

If applicable please specify the social taxonomy, if other than SBPs:

Target populations:

- | | |
|---|---|
| ☐ Living below the poverty line | ☒ Excluded and/or marginalised populations and /or communities |
| ☐ People with disabilities | ☐ Migrants and /or displaced persons |
| ☐ Undereducated | Underserved, owing to a lack of quality access to essential goods and services |
| ☐ Unemployed | |
| ☐ Aging populations and vulnerable youth | ☒ Women and/or sexual and gender minorities |
| ☐ Other (please specify): | ☒ Other vulnerable groups, including as a result of natural disasters |

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable):

Tabôa's internal project evaluation and selection processes are transparent and based on robust eligibility criteria. Their projects align with Tabôa's strategic objectives and mission, providing clear environmental and social benefits, thus promoting sustainable development. The organization maintains well-defined governance structures to manage departmental responsibilities and ensure that policies and contractual procedures align with the defined use of proceeds in the Framework. Additionally, these projects partially meet the agricultural criteria for climate change adaptation and mitigation as specified by CBI.

Evaluation and selection

- | | |
|---|---|
| ☒ Credentials on the issuer's social and green objectives | ☒ Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| ☒ Defined and transparent criteria for projects eligible for Sustainability Bond proceeds | ☒ Documented process to identify and manage potential ESG risks associated with the project |
| ☒ Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | ☐ Other (please specify): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| ☐ Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | ☒ In-house assessment |
| ☐ Other (please specify): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable):

WayCarbon's analysis of the proceeds management process leads to the conclusion that it is a well-defined and transparent procedure, with clearly defined responsibilities. This procedure ensures that the received funds are allocated to projects that align with Tabôa's sustainable bond classification, and it includes regular reporting of proceeds and results to investors.

Tracking of proceeds:

- ☒ Sustainability Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in an appropriate manner
- ☒ Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- ☐ Other (please specify):

Additional disclosure:

- ☒ Allocations to future investments only
- ☐ Allocations to both existing and future investments
- ☐ Allocation to individual disbursements
- ☐ Allocation to a portfolio of disbursements
- ☐ Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
- ☐ Other (please specify):

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable):

WayCarbon has effectively determined that Tabôa has established a clear and well-defined format for the annual reporting of financial and socio-environmental indicators related to its project portfolio, which will be shared with investors and other stakeholders. Additionally, the analysis confirms that these indicators adhere to international best practices and align with the principles of green, social, and sustainability standards used as a reference for this assessment.

Use of proceeds reporting:

- ☐ Project-by-project
- ☒ On a project portfolio basis
- ☐ Linkage to individual bond(s)
- ☐ Other (please specify):

Information reported:

☒ Allocated amounts

☐ Sustainability Bond financed share of total investment

☐ Other (please specify):

Frequency:

☒ Annual

☐ Semi-annual

☐ Other (please specify):

Impact reporting:

☐ Project-by-project

☒ On a project portfolio basis

☐ Linkage to individual bond(s)

☐ Other (please specify):

Frequency:

☐ Annual

☐ Semi-annual

☐ Other (please specify):

Information reported:

☐ GHG Emissions / Savings

☐ Energy Savings

☐ Decrease in water use

☒ Number of beneficiaries

☒ Target populations

☒ Other ESG indicators (please specify): Restored area, Conserved area, women share on the loans, among others.

Means of Disclosure

☐ Information published in financial report

☐ Information published in sustainability report

☐ Information published in ad hoc documents

☒ Other (please specify): Stand-alone annual report

☐ Reporting reviewed (if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.)

<https://www.taboa.org.br/index.php/en-us/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

☒ Second Party Opinion

☐ Certification

☐ Verification

☐ Scoring/Rating

☐ Other (*please specify*):

Review provider(s):

Bruna Araujo - Sustainable Finance Manager (bruna.araujo@waycarbon.com);
 Nathália Pereira - Sustainable Finance Coordinator (nathalia.pereira@waycarbon.com);
 Felipe Catorza - Sustainable Finance Consultant (carlos.catroza@waycarbon.com);
 Beatriz Ribeiro - Sustainable Finance Analyst (beatriz.ribeiro@waycarbon.com);
 Erica Canavitsas - Sustainable Finance Senior Analyst (erica.canavitsas@waycarbon.com).

Date of publication:

10th of November 2023

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP AND THE SBP

1. Second Party Opinion: An institution with sustainability expertise that is independent from the issuer may provide a Second Party Opinion. The institution should be independent from the issuer's adviser for its Sustainability Bond framework, or appropriate procedures such as information barriers will have been implemented within the institution to ensure the independence of the Second Party Opinion.

It normally entails an assessment of the alignment with the principles. In particular, it can include an assessment of the issuer's overarching objectives, strategy, policy, and/or processes relating to sustainability and an evaluation of the environmental and social features of the type of Projects intended for the Use of Proceeds.

2. Verification: An issuer can obtain independent verification against a designated set of criteria, typically pertaining to business processes and/or sustainability criteria. Verification may focus on alignment with internal or external standards or claims made by the issuer. Also, evaluation of the environmentally or socially sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria. Assurance or attestation regarding an issuer's internal tracking method for use of proceeds, allocation of funds from Sustainability Bond proceeds, statement of environmental or social impact or alignment of reporting with the principles may also be termed verification.

3. Certification: An issuer can have its Sustainability Bond or associated Sustainability Bond framework, or Use of Proceeds certified against a recognized external sustainability standard or label. A standard or label defines specific criteria, and alignment with such criteria is normally tested by qualified, accredited third parties, which may verify consistency with the certification criteria.

4. Green, Social and Sustainability Bond Scoring/Rating: An issuer can have its Sustainability Bond, associated Sustainability Bond framework or a key feature such as Use of Proceeds evaluated or assessed by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies, according to an established scoring/rating methodology. The output may include a focus on environmental and/or social performance data, process relative to the Principles, or another benchmark, such as a 2-degree climate change scenario. Such scoring/rating is distinct from credit ratings, which may nonetheless reflect material sustainability risks.

Alinhamento dos ativos às Taxonomias de Finanças Sustentáveis						ODS Impactados
Ativos elegíveis	Benefícios socioambientais					
Ações e projetos de agricultura agroecológica e ou orgânica, para implantação e manejo de Sistemas Agroflorestais (SAFs), incluindo SAFs do tipo Cabruca.	- Recuperação de áreas degradadas; - Recomposição da vegetação nativa; - Sequestro e estoque de carbono aéreo e no solo; - Conservação do solo, da biodiversidade e dos recursos hídricos; - Regulação do microclima, resistência e resiliência agrícola a eventos extremos; - Geração renda e de empregos formais diretos e indiretos; - Aumento da capacidade adaptativa e resiliência climática dos sistemas agrícolas e agricultores.	- Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra - Agricultura agroecológica ou orgânica e Sistemas Agroflorestais (SAFs).	- Financiamento e serviços financeiros; - Segurança alimentar. - Financiamento e serviços financeiros; - Segurança alimentar.	- Agricultura, silvicultura e pesca: Cultivo de culturas perenes.	- Agricultura de baixa emissão; - Agricultura adaptada e resiliente às mudanças climáticas.	
Ações e projetos de fortalecimento da agricultura familiar, com especial atenção à inclusão de mulheres, jovens, assentados e comunidades remanescentes de quilombos	- Empoderamento socioeconômico de pequenos produtores rurais, povos tradicionais, mulheres e jovens; - Criação de oportunidades e condições de inserção socioproductiva e geração de renda, - Fortalecimento dos conhecimentos locais e garantia da sucessão rural da agricultura familiar	NA.	- Avanço e capacitação socioeconômica; - Acesso a serviços essenciais (financiamento e serviços financeiros).	NA.	NA.	
Ações e projetos que contribuam para a diversificação de culturas e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis	- Fortalecimento de práticas agrícolas que promovam a ampliação do acesso à alimentação de qualidade; - Redução da pobreza rural; - Proteção de ecossistemas locais.	Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra.	- Segurança alimentar; - Avanço e capacitação socioeconômica.	- Agricultura, silvicultura e pesca: Cultivo de culturas perenes.	- Agricultura de baixa emissão; - Agricultura adaptada e resiliente às mudanças climáticas.	



Rua Paraíba, 1000 – 7º andar
CEP 30130-141 - Belo Horizonte – MG
Phone: +55 (31) 3656-0501

WWW.WAYCARBON.COM